

# O Enigma de uma colónia virtual - África Oriental Portuguesa (vulgo Moçambique)

Tenente-coronel  
João José de Sousa Cruz



*Dizia Salazar - "Sentimos que a África, como baldio da Europa..."<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

Nunca me apercebi da grandeza deste país senão quando me debrucei sobre a sua história e verifiquei que os seus muitos povos só estão ainda ligados, porque uma língua comum os une, e essa foi a língua portuguesa. Nem o swaili nem o inglês o conseguiram.

Constantemente na sua história, cada povo lutava contra os vizinhos apoiando-se ou não nas tropas portuguesas e nos muitos achikundas<sup>2</sup>, que por estes territórios se espalharam.

E o **Enigma**, para mim é este.

*Como durou tantos anos a presença de Portugal (1505 a 1975) na Costa Oriental de África? Cerca de 470 anos, sem força militar (exceptuando pequenos lapsos de tempo), sem dinheiro (o que existia era quase todo estrangeiro), e sem vontade de permanecer pois ao mais pequeno abanão (por exemplo o 7 de Setembro de 1974) todo o mundo entra em debandada (para a RASul , para a Metrópole, etc.).*

Se em 1505 só eram escalas portuguesas Sofala e a Ilha de Moçambique;  
Se entre 1580 e 1700 a Zambézia era a mais povoada e opulenta, sendo ignorada a Baía da Lagoa;

Se entre 1700 e 1880, era português o Ibo, a Ilha de Moçambique, Quelimane, o Rio

Zambeze, Sofala, Inhambane e a Baía da Lagoa!

Como terá sido possível, entre 1890 e 1915, completar e ocupar toda a área do actual Moçambique?

Vou tentar fazer uma análise histórica dos elementos que fui concatenando e que a seguir vou apresentar.

## 2. Concatenação histórica

### 2.1 Época Pré-Gama

*Esta época muito lata, vindo desde a antiguidade até à primeira passagem de Vasco da Gama pelo território, tem pouca consistência histórica e é baseada na tradição oral.*

Por volta do ano 929 Al-Battani desenhou um mapa-mundo baseado em Ptolomeu onde indica que existe ligação entre o Mar da Índia e o Oceano (Atlântico) pelo Mar Verde. Refere um ponto Al Tib de coordenadas 82º W e 4º30min.N, sito na África Oriental, e refere também as nascentes do Nilo.

Há referências de que povos *bantus* emigraram entre os séculos I e IV, desde a África Ocidental para a central e austral, levando consigo a tecnologia do ferro.<sup>3</sup> Ainda neste séc.IV alguns grupos bantus fundam povoações na actual costa moçambicana.<sup>4</sup>

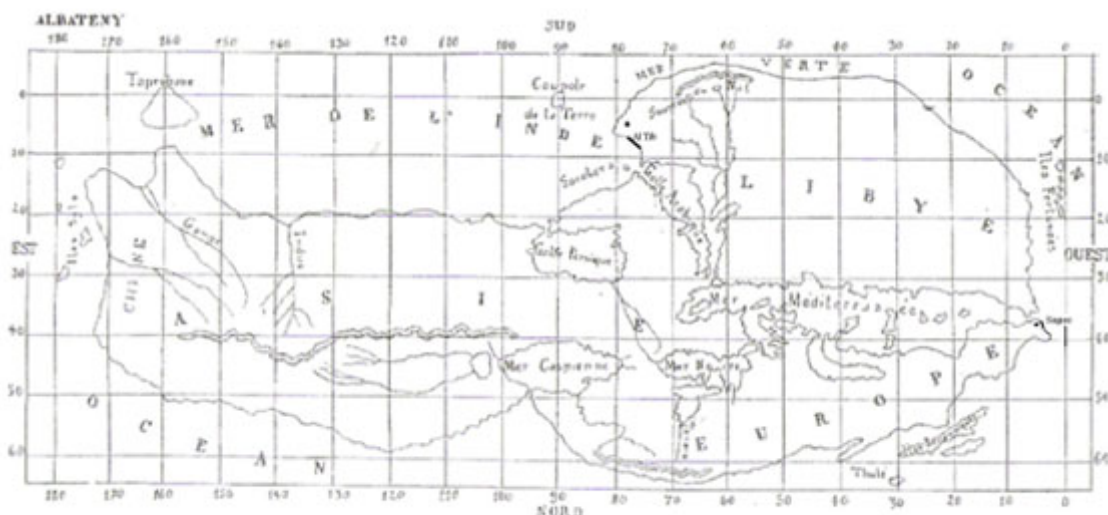


Fig. 1 – Carta de Al-Battani (o sul está para cima)

Antes de servirem de “aguadas” durante séculos os desemboques dos rios da África Oriental, serviram de resguardo a navios árabes, sendo notável a influência destes povos

árabes na língua swaili, que se espalhou pela metade norte de Moçambique e a difusão do islamismo na mesma zona.

Moçambique actual existe também, porque existiu o Monomotapa, antigo reino da rainha de Sabá, sito em Ofir. Desde Salomão que é tradição histórica (oral), que esta rainha mandava carregar os barcos de Salomão com ouro e pedras preciosas. Ofir, julga-se poder ser situada em Sofala, cujo nome arcaico seria Sophira e por aférese e apócope das letras inicial e final, deu origem a Ophir ou Ofir.

Ainda no séc.VIII mercadores árabes estabeleceram relações com os bantus, via Oceano Índico. Sofala nesta data já possuía docas e casas de pedra.

No séc.XI é fundado o império do Muenomotapa que se estendia do Zambeze ao Limpopo.

### **Séc. XIV de 1300 a 1399**

Por volta do ano de 1325 uma tribo do grupo étnico Chona veio fixar-se no planalto central de Moçambique, entre os rios Save e Pungué. Eram os Makaranga, um povo patrilinear que se dedicava à agricultura, à pastorícia e à transformação dos minerais de ferro e ouro. Assimilaram o povo Batonga na sua invasão. O seu chefe NeMbire alargou o seu território para sul e governava ajudado por um cunhado seu, que tinha o título de Mutota Churuchamutapa ou seja *aquela que assistia o Senhor das Minas*.<sup>5</sup>

No reinado de Makaranga, o rei começou a ser chamado de Monomotapa (o Senhor das Minas). A venda dos metais era feita aos mercadores árabes. Com o passar dos tempos criou-se uma confederação de tribos com a mesma origem Chona, que dominava a zona central de Moçambique entre os rios Save e Limpopo.

### **Séc. XV de 1400 a 1499**

Em 1420 morre NeMbire. Na batalha pelo poder, Mutota chefe dos Rozwi, derrota os guerreiros de Makaranga e instala-se no trono da Monomotapa. Alarga a sua acção a Sofala, onde os árabes vinham negociar, e onde estes possuíam uma fortaleza dirigida por um Sultão.<sup>6</sup>

Mutota instalou a sua capital no Noroeste do Império, perto do rio Uteve na colina Chitako, num Zimbabwe (cidade fortaleza, feita de grandes blocos de pedra). Todas as minas eram propriedade do rei bem como as forjas e outros instrumentos de trabalho. A circulação dos metais (ouro, ferro, cobre ou estanho) nas mãos dos comerciantes, originou a *exploração do homem pelo homem* <sup>7</sup>, expressão tão do agrado das doutrinas comunistas que mais tarde por estas bandas se espalharam. Também é possível que tenham recebido nas suas costas a visita de esquadras de *navios do tesouro* chineses entre Março de 1421 e Outubro de 1423, mas nada consta na sua tradição histórica.

Os árabes vinham negociar com Moçambique desde a península arábica e tinham

entrepostos em Mombaça, Melinde, Quiloa, I. de Moçambique, Quelimane e Sofala. Negociavam não só minérios mas também marfim e madeiras raras. Também comerciavam escravos que tanto eram levados para a península arábica, como para a Índia. Em 1450 morre Mutota, sucede Matope que estende a sua acção governativa até Quelimane. É sob a sua administração que o império do Monomotapa atingiu a sua época de maior prosperidade e riqueza. Este poder cria dificuldades aos mercadores árabes pois aumenta o preço dos metais transaccionados. Assim estes incitam as tribos à rebelião e o chefe Rozwi declarou-se independente do Monomotapa. Chamava-se Changa, e tendo-lhe os árabes atribuído o título de Emir, passou a ser conhecido por Changamire.<sup>8</sup>

### **Contactos com portugueses:**

Em 1485 há referência à fundação do sultanato do Angoshe<sup>9</sup>. Em 1486 Pêro da Covilhã levou para Portugal, da sua viagem por terra, as primeiras notícias da África Oriental em relação a Sofala, onde consta que chegou no ano anterior. Consta também que teria levado notícias da existência do Cabo com que terminava ao sul o continente africano e que Bartolomeu Dias depois reconheceu.<sup>10</sup> Pêro da Covilhã era criado de D. João II e informou este “que em Çofala havia muito ouro” conhecimento generalizado muito antes de Vasco da Gama por lá ter passado. Era satisfatório o negócio, pois caso contrário os árabes (mouros na nossa linguagem da época), muçulmanos da arábia e zonas limítrofes não teriam tomado conta de toda a zona a norte e junto ao rio Zambeze (na altura chamado de rio Cuama), das suas costas e da organização das caravanas que atravessavam África desde as minas de ouro, até à costa, onde podiam ser exportados via marítima. Só de lá saíram perante as forças e a arte de guerrear dos portugueses.



*Fig.2-Primeiro forte de Sofala (tranqueira).*

Moçambique é hoje apelidado de colónia virtual<sup>11</sup>, e com certa razão porque, até 1752 a

Costa Africana do Oriente, apenas servia para fazer “aguadas” com as naus da Índia ou seja, os seus rios junto ao Índico, forneciam reabastecimentos e descanso às saturadas tripulações. A Baía da Lagoa, teve de primeiro nome “Baía dal agoa”, ou seja local de aguada, mas por deturpação dos copistas cartógrafos deu Baía da Lagoa e “Delagoa Bay” em inglês, nome por que foi conhecida durante séculos.

### **Dinastia Changamire (1490-1494)**

O filho de Matope, Nhahuma, ainda tentou reunir o império, mas Changamire derrotou-o pois era sempre apoiado pelos comerciantes árabes de Sofala e Quelimane.<sup>12</sup> Em 1494 há uma primeira referência ao reino de Manyka, na dinastia Ngurube.

### **2.2 Época Pós-Gama:**

*Esta época é dividida em reinados, de D. Manuel I a D. Henrique, a Era espanhola e o retorno aos reinados de D. João IV ao D. Manuel II.*

#### **2.2.1 Reinado de D. Manuel I (1495-1521)**

*Foi neste reinado que teve o seu início a época da instalação das feitorias e do início da comercialização dos produtos fundamentais, das trocas (resgates) com as tribos africanas da África Oriental.*

Em 1498 Vasco da Gama terá passado ou não pela Baía da Lagoa, na sua rota para a Índia. Ao aproximar-se da costa KwaZulu-Natal contactaram com pastores khoi-khoi mas não foram bem recebidos.<sup>13</sup>

No regresso da Índia, Vasco da Gama passou por Quelimane e Sofala. E foi em Sofala que ele ouviu falar de um reino do interior rico em ouro.

Consta também que em 10 de Agosto do ano de 1500 os portugueses teriam descoberto a Ilha de S. Lourenço (Madagáscar), mas não se fixaram por falta de interesse económico.<sup>14</sup>

A chegada dos portugueses destruiu o comércio que os africanos tinham com os árabes e isso facilitou o nivelamento das classes sociais. A luta pelo monopólio do comércio dos metais, entre árabes e portugueses acaba na vitória destes últimos.<sup>15</sup> Os portugueses sempre quiseram chegar a bom entendimento com os régulos, pagando-lhes ou dando-lhes “sagate” (gorjeta) com que concordassem. Depois comerciava-se e caso houvesse recusa, actuava a força das armas.

A política principal era das “feitorias” apoiadas ou não em “fortalezas” ou mesmo de simples muros reforçados como as “tranqueiras”.

### **Séc. XVI de 1500 a 1599**



Os árabes eram negociantes, mas os portugueses também e assim as questões eram sempre entre portugueses e árabes, pelo menos no séc. XVI.

Segundo Alexandre Lobato, Sancho de Toar deve ter chegado a Sofala em Abril de 1501. A fama das minas de Sofala, correu mundo nas mãos de Américo Vespúcio, de Faitada, de Pisani, do próprio D. Manuel I em carta aos reis católicos, de Tomé Lopes e de Ramusio.<sup>16</sup> É certo que inicialmente era intenção do Rei de Portugal, dominar toda a costa oriental africana desde o Cabo da Boa Esperança até ao Cabo de Guardafui. Mas cedo tal desejo foi impossível de concretizar, face aos constantes ataques turcos e árabes (mourous) de que esses portos foram alvos.

A fortaleza de Sofala, só foi construída em 1505 por Pêro de Anhaia. Nesta data a futura colónia de Moçambique dava pelo nome de *Capitania de Sofala*.<sup>17</sup> Cabia a esta feitoria fornecer o ouro, considerado o melhor cabedal de troca para a pimenta do Oriente. D. Francisco de Almeida, em 5 de Março de 1505 recebe ordem para “*levantar fortalezas em Sofala, e noutros locais, não em Moçambique (ilha) que é lugar pacífico já franqueado aos portugueses*”.<sup>18</sup>



Parte do mapa de Paolo Forlani Veronese (1562)

*Fig.3-Costa de Moçambique em 1562, autoria de Veronezo*

Em 1507 a Ilha de Moçambique é ocupada por portugueses. Assim foi formada a Capitania Geral de Sofala (Çofala) com comando sobre a Ilha de Moçambique, onde foi colocado um feitor.

Em 1510 os árabes voltaram a atacar Quíloa e os portugueses foram obrigados a abandonar a fortaleza. Fundaram então um novo entreposto a norte do estuário do Zambeze, em Angoche e continuaram a fazer comércio com o Monomotapa de Makaranga, indo de barco até Sena. As disputas continuaram sem vantagem para qualquer dos contendores.

### **2.2.2 Reinado de D. João III (1521-1557)**

*Neste reinado foi tentado o estabelecimento de feitorias e fortalezas mais definitivas, tanto no Monomotapa, como em Sena, Tete e Quelimane.*

Em 1528 os portugueses descobrem a Ilha Rodrigues nas Maurícias. Em 1530 Francisco Barreto usava a “Carta de poder e alçada” que lhe foi dada como “Governador de Sofala e Moçambique e de todas as partes de conquista do senhorio *de Monomotapa*”. A torre de S. Gabriel em Moçambique não tinha capitão, apenas alcaide, que servia de feitor, subordinado ao Capitão de Sofala.<sup>19</sup>

Frei João dos Santos, no seu livro “Etiópia Oriental”, afirma que escritores mais antigos, como Rafael Volaterrano e Ludovico Veneto, diziam que “Ofir era parte de Etiópia situada no mar de Sofala”. Foi em Sofala que foi construída a primeira fortificação portuguesa na África Oriental.

Sofala ou Çofala, era definida no Dicionário Universal de História e Geografia de M.N. Buillet (editado em 1880), como uma ribeira de África, na capitania de Moçambique, que nasce nos montes Beta, corre para leste e desagua no Canal de Moçambique, abaixo de Sofala, depois de 400 km de percurso. Esta Sofala fica a 33°06’ Long E e 20°11’ Lat S, a 900 km a SW da Ilha de Moçambique, não é mais do que um conjunto de palhotas defendidas por um forte português. O comércio que se faz é o pó de ouro e dentes de elefante.<sup>20</sup>

Entre 1531 e 1534 foram ocupadas pelos portugueses, Sena e Quelimane, expulsando os árabes e fundando a 1ª feitoria no Zambeze (Cuama).<sup>21</sup>

Os Rios de Sena era um governo da Capitania General de Moçambique, entre os países Yambara, Sofala e o Monomotapa. Tem como vilas principais Sena e Tete. Para os portugueses não era mais do que uma possessão nominal.<sup>22</sup>

Mais tarde, talvez devido ao facto de as caravanas de comerciantes se terem desviado para o Zambeze e para Quelimane, Sofala perdeu importância e o comando passou para o Capitão General de Moçambique (Ilha) e Rios de Cuama (Zambeze), de modo a cobrir toda a zona deste rio que era considerado ser composto de vários rios, face ao seu delta multiforme que desaguava no mar em muitos locais, nomeadamente quando das suas cheias quase anuais. Com esta extensão da capitania, apareceram as feitorias de Sena e Tete.

As terras não eram ocupadas pelo Estado português, mas já nestas datas existiam foragidos das naus do reino, mesmo algumas centenas “ao trato de ouro e de roupa”.

Por volta de 1537 foi fundada uma feitoria no Alto Zambeze, em Tete, podendo depois alcançar a feira de Massapa onde negociavam, após ter pago tributo ao chefe Karanga. A presença de portugueses nesta Costa Oriental continuava a ser uma actividade comercial secundária, pois a principal atenção e esforço dos portugueses era dominar os árabes no seu comércio com a Índia. Era essa a razão da sua presença no Oceano Índico.<sup>23</sup>



*Fig.4 – Sofala em 1665*



*Fig.5 – A Ilha de Moçambique no Séc. XVI*



*Fig.6 – Sofala em 1905*

### **2.2.3 Reinado de D. Sebastião (1557-1577)**

*No reinado de D. Sebastião, além do desastre de Alcácer Quibir, tentou-se tudo, desde a conversão do Monomotapa, à conquista do mesmo reino pela força, mas tudo falhou.*



## A Escravatura

Outro factor fez com que os portugueses permanecessem nesta Costa Oriental, a compra e venda de escravos. As lutas entre o Monomotapa e as tribos vizinhas deram aos portugueses a possibilidade de continuar o comércio de escravos. Nas lutas entre tribos era muito frequente fazerem-se prisioneiros que posteriormente eram vendidos como escravos. Os portugueses em contacto com esta situação aproveitaram e fundaram em 1544, uma feitoria em Quelimane para onde eram levados todos os escravos para depois seguirem, uns para a Índia e outros para o Brasil.

No entanto o transporte de escravos para a Europa e para o Brasil era pouco rendoso, porque a viagem era longa e perigosa por causa dos naufrágios na zona do Cabo da Boa Esperança e da pirataria que já existia nessa altura. Além disso, os portugueses não levavam muitos escravos da costa oriental africana para o Brasil porque precisavam de mão-de-obra na Índia, onde estava concentrada toda a administração portuguesa no Oceano Índico.<sup>24</sup> Convém notar que a troca e venda de escravos era um comércio muito divulgado em África e não foi iniciado pelos portugueses. Instalados em feitorias e fortalezas em Sofala, Tete, Sena, Quelimane e Ilha de Moçambique, tendo contactos com o interior e tendo estabelecido relações comerciais com o Monomotapa, os portugueses começaram a sentir necessidade de dominar esse comércio, por duas razões:

- os árabes continuavam clandestinamente a tirar-lhes uma grande parte do comércio;
- os autóctones e o Monomotapa começavam a fazer mais exigências em tributos e a criar mais dificuldades no comércio.



*Fig.7 – Castigo de escravo faltoso*

Para marcar a sua presença ao longo do Zambeze, de Quelimane até Tete, Portugal ia

enviando para estas zonas aventureiros, normalmente degredados, a cumprirem pena na “Costa de África” e que quando chegavam eram postos em liberdade. Havia muitos em Angola e alguns em Moçambique.

Também os missionários se iam espalhando pela África Oriental mas nem todos gostavam da sua presença.<sup>25</sup> Pelo ano de 1550 os portugueses sobem o rio Zambeze e tomam conta dos terrenos auríferos.

Em 1556 João Pereira Dantas apresenta uma proposta ao governo português para fortificar a zona do Cabo, mas tal não foi aceite por Lisboa.

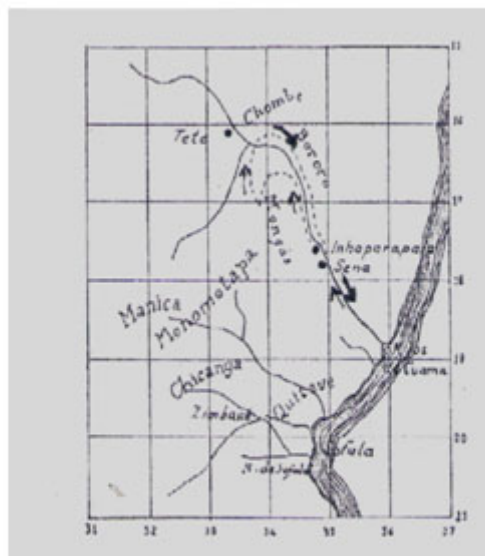
Assim, seriam os holandeses a executá-lo mais tarde e com grande resultado.

Em 1561 o padre jesuíta D. Gonçalo da Silveira, deslocou-se ao Monomotapa, baptizou o rei dando-lhe o nome de D. Sebastião. Face a intrigas de árabes e feiticeiros que rodeavam o rei, um ano depois o mesmo padre jesuíta foi assassinado.

Em 1569 foi fundada a Capitania Geral de Moçambique, dependente de Goa, deixando de existir a Capitania de Sofala e Moçambique.



*Fig.8 – Resgate de marfim na Costa Oriental Africana*



*Fig. 9 – Percurso de expedição Barreto*

Em 1570 já havia na Zambézia dez moradores que possuíam terras e faziam negócio. Em Massapa os portugueses de Sena, negociavam o ouro trocado por fazendas que os “luzios” (navio de navegação fluvial) traziam de Quelimane, rio acima. Nesta data já existia o “*Capitão do Rio*”, primeira autoridade que garantia militarmente o trânsito das mercadorias via Zambeze.<sup>26</sup> Os mercadores tiveram de unir-se em autodefesa, porque as tropas do reino estavam na Ilha de Moçambique e em Sofala, portanto bem longe para os apoiar. Por esta altura os brancos não se interessavam com a posse das minas.<sup>27</sup>

Em 1571, partindo de Sena um grande exército de 1 000 soldados atacou o Monomotapa.

Face às marchas forçadas à época do ano, das chuvas, ao desconhecimento do terreno, só um contingente de 180 homens conseguiu regressar e mesmo o comandante, Barreto, pereceu. Em Sena já habitavam 20 portugueses.

Depois da expedição Barreto, já havia 3 feiras, Massapa, Luanze e Manzovo, e os moradores de Sena e Tete já tinham as suas casas rudimentares (churros) onde recolhiam as suas fazendas. Além dos Capitães dos Rios Sena e Tete, havia um Capitão português em Massapa, ao tempo escolhido entre os grandes mercadores, com mais terras e escravos. Era provido pelo Vice-rei, para ser juiz e cabeça de todos os portugueses, julgando e dando sentenças. Era um ofício perpétuo, não podendo renunciar ao cargo, nem sair do lugar sem autorização do Monomotapa. Como não havia tropas, nem fortes guarnecidos por gente paga, só homens poderosos podiam tomar a responsabilidade de servir nas feiras de Sena ou Tete.

Em 1574, nova derrota dos portugueses em Manica, após terem partido de Sofala. Esperavam apoio dos Quiteve e dos Changamire,<sup>28</sup> mas não receberam esse apoio.

Em meados do Séc. XVI existiam no continente português cerca de 100 000 escravos, entre negros, mestiços, índios e mouros.

#### **2.2.4 Reinado de D. Henrique (1578-1580)**

*Nada de positivo com importância histórica transpareceu, neste reinado.*

### **2.3 Era Castelhana**

*Esta época de união com Castela, não foi das piores para os interesses de Portugal, no entanto, com o aproximar do final da dinastia filipina, tal o caso foi-se agravando.*

#### **2.3.1 Reinado de D. Filipe I (II de Espanha) (1581-1598)**

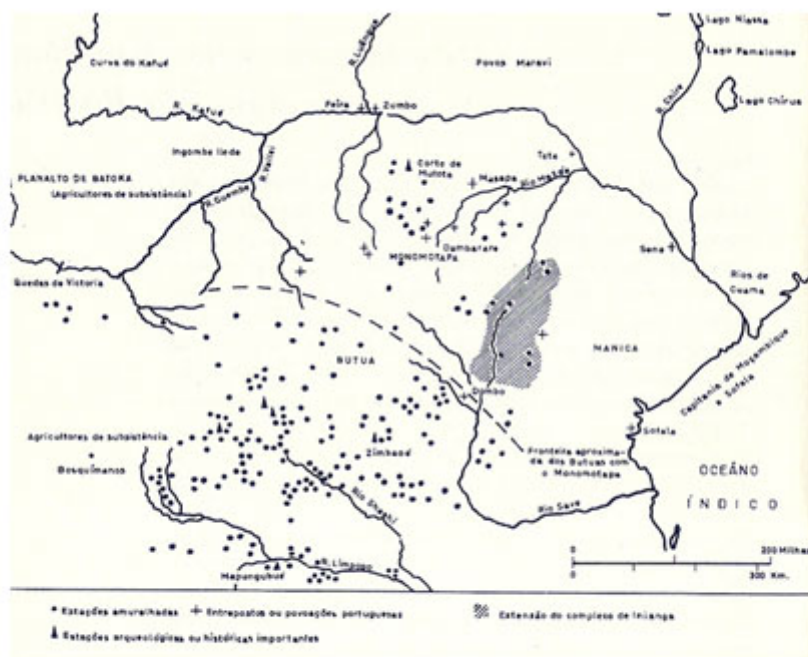
*Neste reinado o rei da Ibéria adquiriu direitos sobre as terras mineiras, e foi a altura em que na Zambézia melhor se viveu. Até ao fim deste reinado nenhum outro povo europeu se atreveu a navegar nas rotas das Índias Orientais.*

***Em 1580 foi criada a Ibéria e Portugal perdeu a sua independência.***

Os portugueses da África Oriental dividiram-se, uns obedecendo às leis do rei português e outros aos espanhóis. No fim deste século, os portugueses voltaram a pagar pesados tributos aos diversos reinos com que negociavam. Continuaram a frequentar as feiras de Massapa, mas o comércio tinha diminuído. Data de 1590 a primeira doação feita por El-Rei a um colono. No entanto só em 1607, com a célebre doação do Monomotapa, a Coroa adquiriu direitos às terras mineiras. Entre 1580 e 1600, os contingentes militares chegados a Moçambique foram diminuindo.<sup>29</sup>

Houve desastres militares em 1592 e 1593, mas os senhores de novo se apoderaram das terras, conquistadas ou compradas. Na data da perda da independência de Portugal a Zambézia tinha uma vida opulenta.

Em Sena habitavam 800 cristãos, sendo 50 portugueses e em Tete 40 portugueses e 600 cristãos. Estavam de pé muitas igrejas, e desta opulência chegou a fama dos grandes banquetes que os portugueses da Zambézia ofereciam, chegando a contarem com 15 pratos à refeição.<sup>30</sup>



*Fig. 10 – Reinos de Butua e Monomotapa, com indicação dos locais onde havia entrepostos ou povoações portuguesas em Sena, Tete, Massapa, Dombos, Manica, Sofala, Zumbo, Feira. (Assinalados com +)*

Em 1593 os portugueses e espanhóis ocupam Mombaça e Quiloa. Em 1597 o rei do Monomotapa era Gatsi Rusere, conhecido por Mambo, bem relacionado com os portugueses pelas suas feitorias de Tete e Sena, e estes visitavam as feiras de Massapa, Bokuto e Luanze. Nos cem anos a seguir à viagem de Gama, nenhum europeu perdeu tempo a seguir-lhe os passos.<sup>31</sup>

### **2.3.2 Reinado de D. Filipe II (III de Espanha) (1598-1621)**

*A partir deste reinado, tanto franceses, como ingleses, como holandeses invadem as rotas das Índias Orientais, com grande prejuízo dos interesses portugueses e espanhóis.*

Em 1609 a Capitania General de Moçambique torna-se “colónia de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa”, dependente de Goa.



## **O Monomotapa - Segundo Período Chona 1600-1700**

Os capitães de Tete pagavam tributo e tinham que pedir autorização ao Monomotapa para cruzar o seu território, tendo ainda de seguir escoltados por homens do rei.

Os portugueses estendiam a sua influência na costa do Oceano Índico desde o Cabo da Boa Esperança até ao Próximo Oriente. Goa era o centro administrativo de todo este extenso Império. Em Goa encontrava-se um Governador, por vezes Vice-Rei, que tinha todos os poderes. Todo o território que ele governava estava dividido em pequenas capitánias. Na costa oriental de África existiam três:

- Moçambique (ilha)
- Sofala
- Mombassa

Os governadores das capitánias recebiam todas as suas ordens de Goa. O comando de cada capitania era oferecido aos nobres portugueses por um período de três anos. Ao fim desses três anos os capitães tinham que pagar uma elevada quantia ao Vice-Rei. Porém, durante os três anos eles tinham poderes quase absolutos no campo militar e no campo económico, isto é, o monopólio de todo o comércio.

Na África Oriental Portuguesa havia duas capitánias. O capitão de Moçambique (ilha) comandava toda a costa desde Cabo Delgado até à foz do Zambeze e também todos os territórios para o interior. O capitão de Sofala comandava toda a zona para o sul da foz do rio Zambeze mas tinha pouca influência no interior.

Os portugueses atraídos pelo ouro do Monomotapa ao longo do Séc. XVI e seguintes, foram-se fixando a partir do mar para o interior, tomando conta de terras e das pessoas, utilizando todos os meios disponíveis desde a negociação à conquista.

### **Séc. XVII de 1600 a 1699**

Em 1600 o rei do Monomotapa Gatsi Rusere pede auxílio aos portugueses para ocupar os terrenos dos Barué, mas estes só o ajudam se permitir que o seu herdeiro seja enviado a Goa para estudar com os Dominicanos. O rei aceita e assina um tratado de paz em 1607. Em 1 de Agosto o Monomotapa pediu ajuda ao capitão de Massapa e em paga o reino de Portugal recebeu a cedência de todas as minas.<sup>32</sup>

Em 1609 Nuno Álvares Pereira chegou da Índia com o título de “Governador de Moçambique, Sofala, Rios de Cuama e Monomotapa”. Há referências, na obra Etiópia Oriental de 1609<sup>33</sup>, à igreja do Espírito Santo de Sofala e a Quelimane, como um braço do rio Zambeze e à presença de um português Francisco Brochado com uma horta e era Capitão dos Rios.

Em 1610, os portugueses mandam vir da ilha de Moçambique e de Sofala um grande exército que consegue derrotar Matuzianhe, que tinha derrotado Gatsi Rusere em 1608 e

ficado no Monomotapa. Assim Gatsi Rusere volta a reinar em Monomotapa. Entrega todos os prisioneiros de guerra aos portugueses e permite que estes construam feitorias em Massapa, Bokuto e Luanza.<sup>34</sup>

Em 1611 Estevão de Ataíde, que tinha defendido a Ilha entre 1601 e 1608, voltou a este governo, construiu fortes em Quelimane e Luabo e *começou o trato de enriquecer*, pelo que foi substituído.

Em 1613 apareceram na costa de Moçambique barcos holandeses e ingleses que vinham disputar o comércio dos portugueses e realizar acções de pirataria. Face a estas informações, o capitão de Moçambique (Ilha) ordenou que todas as forças se concentrassem na costa e as feitorias do Monomotapa ficaram com poucos homens de guarnição. O mesmo Gatsi Rusere, face à falta de militares, mandou matar todos os portugueses, tendo os de Tete fugido para Sena.

Os portugueses apoiando agora Marenga voltaram a ocupar Tete.

Em 1615 voltou da Índia o filho mais velho de Gatsi Rusere, a quem tinha sido dado o nome de D. Filipe. Este toma conhecimento dos locais das minas e revela-os aos portugueses.

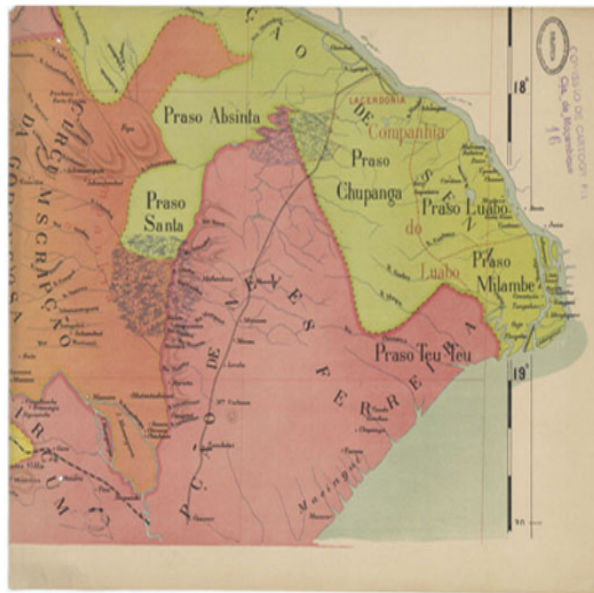
Em 1618 passa a haver um governador em Moçambique, mas continua a depender de Goa. Passou a usar o título de Capitão dos Rios de Cuama (nome do Zambeze). Só em 12 de Março de 1618 o Rei criou o regime de concessão de terras aos colonos.

### **2.3.3 Reinado de D. Filipe III (IV de Espanha) (1621-1640)**

*O último reinado castelhano, em Portugal permite a ida de várias famílias do Reino e da Índia, para alimentarem o sistema de Prazos, gerido inicialmente de Goa.*

Em 1623 morre Gatsi Rusere tendo ainda ajudado os portugueses na Chicoa. Em 1626 Mavura ataca os descendentes de Gatsi Rusere e ocupa Zimbabwe. *“A primeira coisa que Mavura fez foi prestar acto de vassalagem ao rei de Portugal (que era espanhol) declarando dar em homenagem ao rei todas as minas de prata, ouro, cobre, estanho e ferro do seu reino.”*

Mavura consente que várias famílias de portugueses e de indianos vindos de Goa se instalem nas melhores terras do seu pequeno reino, assim como permite que os missionários façam a catequização do seu povo. Começam a chegar a Moçambique famílias pobres portuguesas e famílias indianas de Goa e de Cochim. No Séc. XVII o Estado da Índia implementou o *sistema de prazos* em Moçambique. Inicialmente destinados ao povoamento, cedo se verificou que os prazeiros não tinham como rendimento principal a cultura das terras mas sim o comércio, o garimpo ou a mineração do ouro e os transportes no Zambeze.



*Fig. 11 – Exemplo de Prazos do Zambeze, levantamento  
feito por Bellegard da Silva em 1900.*

Cada uma destas famílias recebia uma porção de terra na qual tinha todos os direitos.

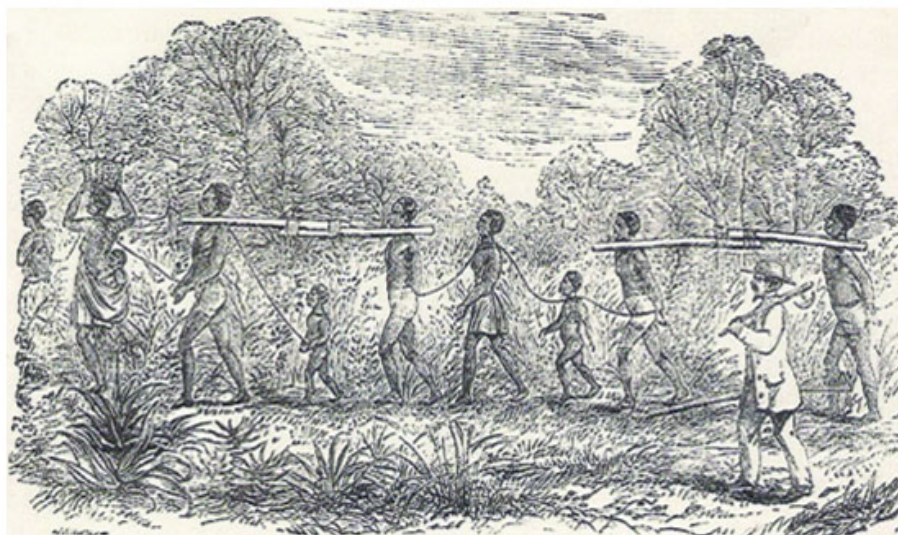
Esta porção de terra, ou *prazo*, era cultivada pelos escravos que os portugueses faziam nas suas guerras contra outros adversários. Com o tempo, os prazeiros começaram também a fazer as suas pequenas guerras de conquista e captura de escravos que clandestinamente comerciavam ora com os árabes ora com os outros mercadores portugueses.

Segundo Gavicho de Lacerda as colónias portuguesas do ultramar podiam ser classificadas em:

- Colónias de emigração
- Colónias de fazenda ou de plantação
- Colónias feitorias ou de comércio.

O governo português face à instabilidade e à falta de segurança no vale do Zambeze, resolveu conceder terras na África Oriental por um determinado **prazo** de tempo, daí o nome de prazos aos terrenos concedidos por El-Rei. Os *prazos* podiam ser considerados como colónias de fazenda ou de plantação. Afonso de Albuquerque, na Índia, com a finalidade de promover o estabelecimento dos portugueses, ligando-os às mulheres indígenas, concedeu-lhes gratuitamente, uma vez casados, prazos constituídos por terras confiscadas às aldeias. No Brasil foram concedidas as capitánias, por El-Rei. As terras que não estavam ocupadas ou não tinham dono, eram Terras da Coroa. O direito enfiteútico serviu de base à civilização na Europa e foi nesta altura levado para África. Os degredados e os soldados portugueses foram-se instalando e reuniram grandes propriedades.

Os primeiros prazeiros foram indianos, sobretudo de Goa, que se tinham convertido à religião cristã. A ocupação e exploração da terra era feita pelo sistema transplantado da Europa, como se disse, chamado de *Enfiteuse* que é uma convenção, pela qual o senhor de um prédio transfere para outrem o domínio útil do mesmo prédio, obrigando-se o concessionário a pagar-lhe uma pensão anual que se chama “foro” (ou aforamento). A posse efectiva das terras pelo súbdito de uma coroa, implicava a soberania dessa coroa sobre as mesmas.<sup>35</sup>



*Fig.12 – Transporte de escravos para a Ilha de Moçambique*

O sistema de prazos iniciou a colonização de Moçambique e ajudou a desenvolver a Zambézia. Estes prazos, de livre nomeação, para andarem sempre em filhas, com obrigação de casarem com portugueses, nascidos no Reino, eram concedidos com a condição dos prazeiros melhorarem as terras e residirem nelas, *sob pena de comisso* (lhes serem retirados). Os encabeçamentos eram feitos por três vidas, guardando sempre de preferência as fêmeas. Cada prazo era concedido em geral por um período de três gerações, ao fim das quais o prazo voltava para o governo português.<sup>36</sup>

Em 1629 Portugal conquista o Muenomotapa. Em 1630 já havia Tombo Foral e Feitoria Real em Sena. Em 1633 já havia nos Rios, Provedor e Ministro da Fazenda.

Os negros que habitavam os prazos eram homens livres.



*Fig.13 – Mercado de escravos no Brasil.*

### **Na Zambézia havia dois tipos de escravidão:**

- doméstica - a criadagem, guarda pessoal, familiares, e todos os que viviam no “chuambo”<sup>37</sup> e faziam parte da casa do Senhor;

- de negócio - comprava-se fora do prazo, nas terras mineiras ou de marfim, cujos régulos adquiriam os escravos de mais longe ainda ou os tomavam na guerra; estes iam ter a Quelimane, amarrados em fila ou ligados dois a dois, com forquilha de pau ao pescoço e pulsos atados, seguiam para a Ilha de Moçambique e eram vendidos para a Índia ou ilhas francesas.

Em África o escravo chegava primeiro às mãos dos mercadores nativos, como prisioneiro de guerra ou oferecido como pagamento de tributo ao chefe tribal. O mercador levava-o até ao litoral onde seria comprado por agentes dos comerciantes portugueses ou árabes.

De Moçambique (ilha) até ao Brasil, as viagens duravam até 76 dias. Além dos perigos de naufrágios e de assaltos de piratas, as péssimas condições de acomodação dos escravos a bordo agravavam o perigo de epidemias e originavam que só 45% dos embarcados chegassem ao seu destino, o mercado de escravos.<sup>39</sup>

Assim, estas “levas de escravos” para o Brasil raramente tiveram lugar. Em 1621 os holandeses ocuparam a cidade da Baía, no Brasil, mas por pouco tempo, no entanto de 1630 a 1654 ocuparam Pernambuco tendo sido governador Maurício de Nassau.

Em 1638 Portugal coloniza Mombaça como dependência de Goa.<sup>40</sup>





Em 1640, após a restauração, o cargo de Governador destas regiões esteve a leilão e foi arrematado por 30 000 pardaus (moeda em uso na Índia portuguesa) por Francisco da Silveira. Como Angola estava submetida aos holandeses houve várias levas de escravos para o Brasil.<sup>43</sup>

Por 1650 as soberanias particulares portuguesas espalhavam-se por:

- Manica;
- Mocaranga (área situada no actual Zimbabwe, entre o Zambeze e o Limpopo);
- Abutua.

Essas soberanias tinham como senhores alguns poderosos prazeiros, como:

- Gonçalo João - em Maramuca
- Sisnando Dias Baião - em Abutua
- António Lobo da Silva - no Barué
- Lourenço de Matos - em Butonga

A colonização senhorial da Zambézia acabou por subverter a autoridade do Estado e gerou a anarquia feudal. O Régulo Mavura com a sua política de colaboração com os portugueses, permitiu que se construíssem várias igrejas, uma das quais em Zimbabwe.

Em 1652 apareceram franceses à pesca da baleia e de focas. Neste ano morreu Mavura, após 22 anos de apoio à política dos portugueses, e os holandeses instalaram-se no Cabo (da Boa Esperança), mas apenas para apoiar os seus navios que iam e vinham de Batávia (Indonésia). Ficaram no Cabo, 90 colonizadores calvinistas holandeses sob o comando de Jan Van Riebeeck. Tentaram conquistar a Ilha de Moçambique mas não conseguiram.

Em 1653, quando o padre jesuíta Martinus Martini chegou ao Cabo, informou que na costa oriental de África num local a 250 milhas a leste do Cabo, a 22 ½ graus Sul, e a sul do Cabo das Correntes, no Rio dos Reijos (seria Reis?) realizava-se a troca (resgate) de “roupas brancas e pintadas, tabaco, contas de vidro, guizos e sal” por “escravos, ouro, marfim, e ébano”. Embora querendo aproveitar esta novidade os holandeses, antes de tentarem ir aos locais indicados, deslocavam-se primeiro a Madagáscar e às Ilhas Maurícias, procurando arroz e escravos, e tentavam na volta procurar Çofala, Cuama, Monomotapa, Butua, os Medaos de Ouro e o rio dos Reijos. No entanto no regresso os barcos holandeses apenas conseguiram aportar em Mossel Bay e em 1654.

Nesta data os franceses instalaram-se em Madagáscar.

#### **2.4.2 Reinado de D. Afonso VI (1656-1683)**

*Foram feitas muitas cedências aos ingleses nomeadamente quando do casamento da Princesa Catarina. A Ilha de Moçambique resistiu a cercos holandeses. Chegou mais uma leva de colonos para a Zambézia.*

Em 1657 os holandeses abandonaram a actividade de corso aos navios portugueses. Em 1659 os ingleses tomaram a Ilha de S. Helena.

Em 1660, Jan Danckert recebeu ordem para visitar por terra a Delagoa Baai, o Monomotapa, Butua e Davaque, mas depressa desistiu.

Em 1661 os ingleses receberam como dote da Princesa Catarina, Bombaim e Tanger, e prometeram proteger todas as colónias portuguesas, mas em Moçambique, região onde havia uma ameaça dos portugueses serem suplantados pelos ingleses através da chamada “penetração pacífica”, ou de outro modo, o que mantinha as autoridades locais em estado de alarme. O negócio da escravatura ainda e por muitos anos a única manifestação em África da Missão Civilizadora portuguesa, não era tão lucrativa que tentasse os ingleses a explorá-la, pelo que deixaram a região aos seus aliados e ajudaram-nos a afastar os holandeses, agora estabelecidos muito a sul, no Cabo.<sup>44</sup>

Em 1662 os holandeses enviam 7 navios e 1 227 homens para conquistar a Ilha de Moçambique, e embora tivessem mantido o máximo segredo, voltaram a falhar nessa tentativa.<sup>45</sup>

Em 1667 toda a Zambézia estava submetida à coroa.<sup>46</sup> Também em 1667, o holandês Pieter van Meerhoff recebeu ordem (da Companhia) para, na volta de Madagáscar, tocar e reconhecer a baía de Verhagens, o rio Save (Basareta), a Aguada da Boa Paz, a Ponta de Santa Maria, o Rio da Lagoa (Maputo), a Ponta de S.ta Lúcia, o Rio do Infante, a Baaia da Allagoa, o Mosselhaai, o Vishhaai, o Stunjsbaai e o Rio Dolce.

Meerhoff levou um navio de fundo chato para subir o Rio Cuama (Zambeze). No entanto, o comandante e 8 homens foram mortos em Madagáscar, e nada mais se fez.<sup>47</sup>

Em 1677 novamente os holandeses tentaram negociar com os indígenas da costa oriental africana, mas face ao deficiente conhecimento da costa e dos métodos e meios de navegação que os portugueses possuíam, nada conseguiram.

Embora o Brasil desviasse muita gente do Reino e Moçambique tivesse sido relegado, até por ser considerado “cemitério de brancos”, por esta data deslocaram-se 600 homens metropolitanos para colonizarem a Zambézia, levando mulheres e missionários católicos.<sup>48</sup>

No ano de 1680 os povo Rozwi, com o seu chefe Changamire atacam o território dos Butua , em 1684 ataca o Monomotapa, e em 1688 reina no seu imenso território. Não deixou que os prazos da sua zona, se alargassem. É nesta data, em 1680 que é extinta a Junta de Comércio passando o mesmo a ser livre.

O sultanato de Quiloa torna-se independente de Portugal.

#### **2.4.3 Reinado de D. Pedro II (1683-1707)**

*Na Zambézia diminui a presença de portugueses.*

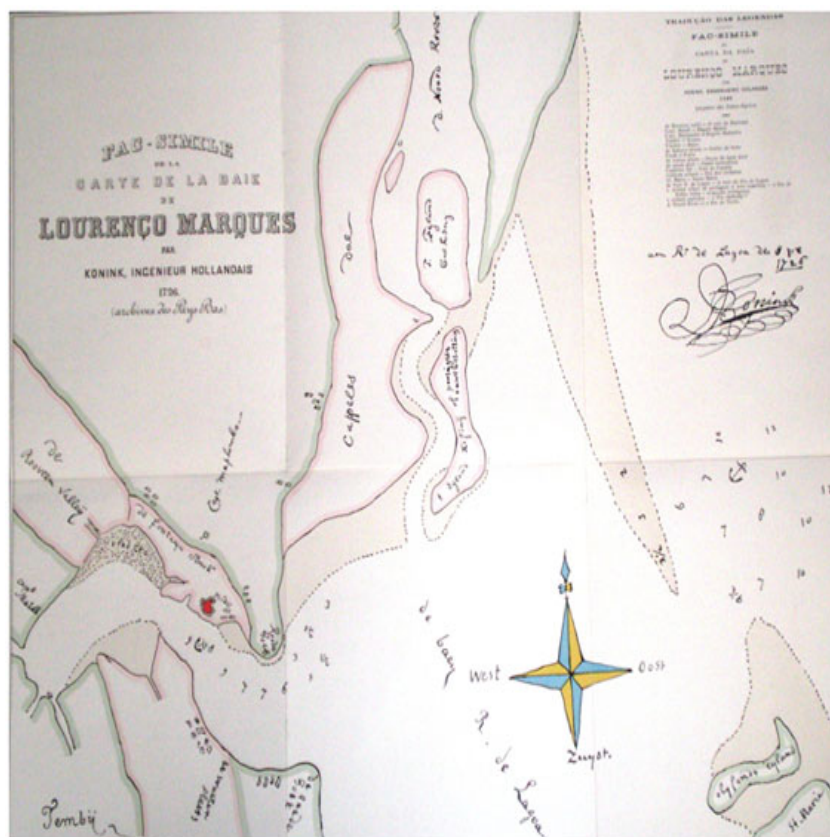
Em 1690 Changamire consegue reunir ao Império os reinos de Manica e de Quiteve, e destrói Macequece, que só é reconstruída em 1715.<sup>49</sup>

Em 1695 o Monomotapa com Chirimbi, volta a negociar com os portugueses, que o tinham educado em Goa. Mais tarde Dombo retoma o Monomotapa e os portugueses de Tete reconhecem a sua autoridade. Esta durou até 1830, ano em que os zulus destruíram muitas cidades.

Em 1698 e depois da queda de Mombaça, os portugueses concentram a sua atenção no litoral de Moçambique. Em 1696 dos terrenos explorados, só restou a velha Zambézia.

#### 2.4.4 Reinado de D. João V (1707-1750)

*Neste reinado tenta-se executar uma colonização correcta, mas aumenta o número de escravos.*



*Fig.15 – Levantamento da Delagoa Bay por Kōnink, engenheiro holandês.*

#### **Séc. XVIII de 1700 a 1799**

Em 1700 é reposta a Junta de Comércio a qual vai durar até 1720. Entre 1700 e 1880

decorre um período em que pela primeira vez os portugueses tentaram fazer uma colonização organizada. Em 1703 é assinado o Tratado de Methuen mas o ouro e os diamantes brasileiros só são descobertos entre 1720 e 1728. Assim os ingleses se sentem enganados por não estarem contemplados no Tratado. O número de escravos de Moçambique para o Brasil aumenta e mais de 100 milhões de libras de ouro são enviados para Lisboa, sendo deste valor grande parte enviada para Inglaterra o que vai ajudar a Revolução Industrial. Em 1730 os holandeses que se tinham instalado na Baía da Lagoa em 1721, abandonaram definitivamente a baía em 27 de Dezembro. O seu forte Liberdade dependia da Companhia das Índias Holandesas instalada no Cabo.

No ano seguinte, em 1731, a localidade de Inhambane foi guarnecida militarmente com tropa portuguesa.

Na Ilha de Moçambique havia um Capitão General e nos Rios de Sena um Tenente General.

Entre 1700 e 1760 Moçambique tinha 300 homens nos destacamentos militares. Neste ano, passou a ter 10 companhias e no ano seguinte 11 companhias. De 1750 a 1800 também eram recebidos militares vindos do Brasil, mas normalmente degradados. Havia militares do Reino e de Goa.

O Marquês de Pombal por volta de 1763-1764 elevou os estabelecimentos portugueses a vilas e substituiu a figura de capitão-mor por comandante. A incorporação de militares foi sempre insuficiente porquanto havia muitas mortes por doença e em combate, e ainda deserções; também alguns se instalavam na colónia como comerciantes, diminuindo os efectivos militares.<sup>50</sup>

Em 1750 toda a Zambézia estava na mão de quatro poderosas famílias:

- Joaquim da Cruz (Nhaúde) - Massangano
- Manuel António de Sousa (Gouveia) - Gorongosa
- Vaz dos Santos - Massingir
- Gonçalo Caetano Pereira - Maranga.

O desenho da figura 16, de meados do Séc. XVIII permite analisar quais as áreas da África Oriental Portuguesa e de Angola mais percorridas por comerciantes e aventureiros e demonstra que além dos bóeres junto ao Cabo da Boa Esperança e dos franceses em Madagáscar, só os portugueses se tinham entranhado na selva africana.

Entre 1730 e 1740, não houve forças militares nos Rios Cuama que permitissem recuperar as terras do ouro. Em 1750 Pemba ganha autonomia face a Oman.

No Séc. XVIII as classes dominantes em Moçambique eram as comunidades indianas e afro-portuguesas (mulatos).<sup>51</sup>

Tirando vantagem da superioridade das suas armas e aproveitando a tendência dos povos africanos em serem supersticiosos, utilizando os próprios africanos para apanhar e



vender os próprios irmãos, os portugueses desenvolveram a escravatura sem disso serem pioneiros. Como os primeiros portugueses a se fixarem em Moçambique, foram degradados a cumprirem penas, e por terem sido largados em liberdade, cedo se transformaram em comerciantes. E o comércio mais fácil na altura era o de compra e venda de escravos. Estes eram-lhes fornecidos pelos próprios africanos que ao lutarem contra outra tribo vendiam os prisioneiros aos portugueses. Estes, por sua vez, iam vendê-los aos árabes que os levavam para a Arábia e outros países do Médio Oriente.



*Fig.16 – Área da África, reconhecendo-se Angola, Moçambique e Madagáscar.  
Desenho de Parte de África de autoria de D'Anville 1789*

Desde 1731 que na capital da colónia (Ilha de Moçambique), nada se sabe, sobre a Baía da Lagoa, porque só interessavam as feitorias que dessem lucro, como o Ibo e Sofala, mas no entanto desde 1630 (fig.14) que tal área era do conhecimento geral.

#### **2.4.5 Reinado de D. José I (1750-1777)**

*O Marquês de Pombal começou a interessar-se pelo problema das colónias e deu independência a Moçambique, como colónia, face a Goa.*

Em 1750 aparece a primeira referência do Sheikado de Kitangonia.<sup>52</sup>

Em 1753 mais referências ao Sheikado de Sankul.<sup>53</sup>

***Em 1752 a Capitania Geral de Moçambique torna-se independente de Goa.  
Moçambique passa a Colónia.***

Em 1753 foram enviados para a colónia 376 oficiais e soldados do reino, tendo chegado a Moçambique somente 315. A colónia teria então um total de 372 homens de armas.

Neste ano de 1753 o Capitão General Melo e Castro, Conde de Galveias, disse que só conhece a Baía da Lagoa por tradição, e no entanto esta era conhecida desde 1544. Não obstante, envia um iate para a baía para reconhecimento. Dois anos depois, quando o navio Naarsfigheid naufragou na baía, não havia lá nenhum iate português. Os náufragos desse navio ficaram dois anos na baía sem qualquer problema com os autóctones.

Em 1760 a região dos Rios de Sena tinha uma companhia de Infantaria destacada do Regimento de Moçambique (Ilha) que guarnecia a vila de Sena,<sup>54</sup> e fazia guarda ao Tenente General e ao Governador dos Rios. O efectivo reduzido aparente das forças portuguesas não indicava fraqueza porque a maioria das acções militares eram executadas pelos “achikundas” dos prazeiros.

Os governos dos Rios de Sena tornaram-se tão proeminentes e independentes, que foi difícil aos capitães generais, em 1752, reduzi-los às proporções de governo subalterno, ainda porque durante anos dependeram directamente do Vice-Rei em Goa.

Em 1755 aconteceu o terramoto de Lisboa. Outro *terramoto* aconteceu em Moçambique: Foi a invasão dos Baneanos sob orientação jesuíta, desde a Índia (Diu). É deste ano o Real Decreto de 29 Março que extingue a Superintendência do Comércio de Moçambique através do Conselho de Fazenda do Estado da Índia. Foi o Governador Melo e Castro, mesmo acusado de governo ditatorial, quem governou efectivamente Moçambique, porque além de inúmeras medidas positivas que lançou, ganhou definitivamente a batalha da autonomia da colónia, face à Índia, e alargou as fronteiras da África oriental desde o Rovuma a Lourenço Marques.

Moçambique teve antes do Séc. XVIII moeda própria, primeiro os Mitecais Ouro. Depois o Cruzado, e o Cruzado ouro que valia 400 réis.<sup>55</sup>

Só em 1760 a Ilha de Ibo, no norte de Moçambique foi guarnecida militarmente.

Em 1764 Sofala, Tete, Sena e Manica foram elevadas a vilas.

O sistema de prazos na Zambézia, falhou como casal agrícola. Ainda se tentou por alvará de 3 de Abril de 1760, reduzir o tamanho dos mesmos. Assim, se marginassem um rio ou fossem de minas, seriam de meia légua por uma, ou de três léguas por uma se ficassem no interior.



*Fig.17 – Forte da Ilha de Ibo.*

Mas tal era irreal face à realidade da Zambézia. Por exemplo no distrito de Tete:

- a *prazeira* Maria Pinheiro tinha em seu nome 6 prazos;
- os padres jesuítas tinham 4 prazos;
- os padres dominicanos tinham 2 prazos;
- outros quatro colonos tinham 2 prazos cada um.

Dizia-se então que o prazo mais pequeno tinha de comprimento ou largura, um dia de jornada e que havia muitos que se não andavam em 3 dias a cavalo e outros ainda nem em 8 dias.

...E a propósito de **donas** (de prazo) esse era o título que, desde o tempo de D. Maria I, era dado e usado por várias mulatas ricas de Sofala, Quelimane, Sena e Tete donas de uma porção de terra vinculada, em que plantavam palmares; esse título e vínculo era transmitido de mãe para a filha mais velha e nunca aos filhos e essa regalia era tendente a proteger o começo do comércio dos brancos, que para lá iam e que casavam cafrealmente com elas, ficando “ipsofacto” administradores das referidas propriedades, das quais tiravam o início da sua fortuna. Porém, como o maior negócio era a escravatura, as casas das espaçosas vivendas das donas, tinham adjacentes grandes cercados de muros altíssimos, que as englobavam em parte e nos quais se guardavam os escravos trazidos do interior para serem vendidos para o Brasil...

Quando os brancos, que viviam com elas, voltavam ricos para Portugal, esperavam por eles alguns anos, raramente mais de dois, e de novo se casavam cafrealmente com outro branco, que por sua vez, tomava a seu cargo o trato do palmar do vínculo e por vezes adquiriam, antes de se irem embora, mais terras para vincular em nome de qualquer filha que tinham tido da sua dona. Em 1936 ainda se encontravam algumas donas velhas muito respeitáveis.<sup>56</sup>

Mas em 1755, quando o comércio foi declarado livre, (Marquês de Pombal), o objectivo principal passou a ser o comércio da escravatura, em prejuízo da agricultura.

Embora fosse relativamente reduzido o domínio português efectivo na África Oriental, nos fins do Séc. XVIII, os colonos tinham largo conhecimento dos povos além fronteiras com os quais estavam em permanente contacto comercial. No entanto, perante as imigrações guerreiras do Séc. XIX o sistema de prazos esboroou-se.<sup>57</sup>

Mas tal era irreal face à realidade da Zambézia. Por exemplo no distrito de Tete:

- a *prazeira* Maria Pinheiro tinha em seu nome 6 prazos;
- os padres jesuítas tinham 4 prazos;
- os padres dominicanos tinham 2 prazos;
- outros quatro colonos tinham 2 prazos cada um.

Dizia-se então que o prazo mais pequeno tinha de comprimento ou largura, um dia de jornada e que havia muitos que se não andavam em 3 dias a cavalo e outros ainda nem em 8 dias.

...E a propósito de **donas** (de prazo) esse era o título que, desde o tempo de D. Maria I, era dado e usado por várias mulatas ricas de Sofala, Quelimane, Sena e Tete donas de uma porção de terra vinculada, em que plantavam palmares; esse título e vínculo era transmitido de mãe para a filha mais velha e nunca aos filhos e essa regalia era tendente a proteger o começo do comércio dos brancos, que para lá iam e que casavam cafrealmente com elas, ficando “ipso facto” administradores das referidas propriedades, das quais tiravam o início da sua fortuna. Porém, como o maior negócio era a escravatura, as casas das espaçosas vivendas das donas, tinham adjacentes grandes cercados de muros altíssimos, que as englobavam em parte e nos quais se guardavam os escravos trazidos do interior para serem vendidos para o Brasil...

Quando os brancos, que viviam com elas, voltavam ricos para Portugal, esperavam por eles alguns anos, raramente mais de dois, e de novo se casavam cafrealmente com outro branco, que por sua vez, tomava a seu cargo o trato do palmar do vínculo e por vezes adquiriam, antes de se irem embora, mais terras para vincular em nome de qualquer filha que tinham tido da sua dona. Em 1936 ainda se encontravam algumas donas velhas muito respeitáveis.<sup>56</sup>

Mas em 1755, quando o comércio foi declarado livre, (Marquês de Pombal), o objectivo principal passou a ser o comércio da escravatura, em prejuízo da agricultura.

Embora fosse relativamente reduzido o domínio português efectivo na África Oriental, nos fins do Séc. XVIII, os colonos tinham largo conhecimento dos povos além fronteiras com os quais estavam em permanente contacto comercial. No entanto, perante as imigrações guerreiras do Séc. XIX o sistema de prazos esboroou-se.<sup>57</sup>



*Fig.18 – A última Dona da Zambézia, Dona Maria Peixe*

Em meados do Séc. XVIII, Morais Pereira, desembargador da relação de Goa, relatava que:

*“...em Zimboé, residia o imperador, que ficava a 6 dias de caminho de Tete. Ali estacionava a Companhia (militar) do Zimbaué, com o seu capitão (mór) e a dotação de 1 alferes, 2 sargentos, 1 tambor, 1 capelão, 1 cirurgião e 30 soldados”. “No Zumbo havia um capitão-mor e uma pequena guarnição de 24 soldados e 1 oficial”.*

Pondo de parte o caso do delta do Zambeze, só em mais dois pontos os portugueses ultrapassaram o rio (Zambeze) para Norte.

- na confluência do Shire
- defronte de Tete.

No Império do Muenomotapa, possuíam os portugueses *“a vila de Quilimane com hua porção de terras conquistadas e outras compradas, com 15 ou 20 léguas ao longo do Zambeze e 6 léguas de fundo pela beira-mar até ao Lugela”.*

Diz um cronista anónimo que *“o reino de Manica foi localizado por José Francisco da Fonseca, professor de Náutica, que ali foi capitão-mor, em 18 ½ graus de longitude (deveria ser latitude sul)”.*

A tradição local diz que as terras de Manica foram efectivamente doadas pelo Monomotapa aos portugueses em 1580, mas que nunca foram ocupadas.

Em 1761 o Marquês de Pombal extinguiu a escravidão no território de Portugal Continental considerando todos os escravos que desembarcassem no continente como “libertos e forros”.

Em 1767 veio da Índia uma companhia de Cipaios com um capitão, um alferes, dois sargentos e 59 praças. Em 1773 esta companhia teve alguns revezes em combate, mas o governo da Índia não autorizou a sua rendição. O sargento Nicolau Pascoal da Cruz ficou em Moçambique, e anos mais tarde os seus descendentes deram brado na História. *[Em 1800 António José da Cruz foi condenado e executado na Ilha de Moçambique e em 1860 António Vicente da Cruz, o Bonga, resistiu a pelo menos quatro investidas do exército*

colonial].

#### **2.4.6 Reinado de D. Maria I (1777-1816)**

*D. Maria tornou extensiva a Moçambique a reforma do Conde de Lippe no Exército português. Continuou o envio de degredados para a Costa de África.*

Em 1779 a reforma (de 1773) do Conde de Lippe, chegou a Moçambique pelo que o efectivo da colónia passou a ser de 1 169 homens. No entanto, a malária ia dizimando os reinóis (pessoal oriundo do reino). Assim, a Índia mandou novamente tropas indianas, mas estas foram enviadas para Lourenço Marques, onde os austríacos queriam instalar-se.

Entre 1779 e 1781 os governadores passaram também a ser Regedores da Justiça da África Oriental.<sup>58</sup>

Por 1780 o comércio mais rendoso era a escravatura. Os escravos eram utilizados, não pela sua venda, mas no comércio pelo interior (eram usados como funantes, pombeiros ou moçambazes<sup>59</sup>) e nas caçadas aos elefantes.

Em 1781 chegou da Índia um efectivo de três companhias de cipaio as quais por desastres e por doença ficaram rapidamente reduzidas a 11 homens.

Mesmo quando o sistema de Prazos da Coroa já era caduco, cerca de 1790, ainda se viram colonos a registarem prazos na Fazenda Real de Sena, pedindo carta e a pagarem foros.

Em 1792 o Regimento de Moçambique (Ilha) foi considerado inviável, pela Secretaria do Estado, porquanto era impossível manter dez companhias de infantaria com 147 oficiais e 1022 praças, mais as companhias de artilharia, com o envio de 40 a 60 degredados anualmente para a colónia.<sup>60</sup> Efectivamente muito poucos e de qualidade duvidosa. Tanto o Reino como o Brasil, como a Índia, sempre enviavam degredados para Moçambique. Assim, foi dada ordem ao Governador dos Rios que enviasse 350 a 400 recrutas naturais de Moçambique, para a Ilha, para receberem instrução militar. No ano seguinte aumentaram as quezílias com o povo swaili e com visitantes franceses que vinham à procura de escravos.

No presídio de Manica em 1794 havia um efectivo de 13 soldados, os quais só faziam despesa. Nesse ano eram pagos da seguinte maneira:



<b>Posto</b>	<b>Soldo por ano</b>
Capitão Mor	2000 panos
Capitão	300 panos
Alferes	240 panos
Furriel	188 panos
2 Cabos	184 panos
1 Tambor	180 panos
10 soldados	180 panos <sup>61</sup>

As funções de capitão-mor e de sargento-mor quando da sua instituição, foram exercidas por pessoas idóneas e com a conveniente categoria e indispensáveis requisitos, quer militares, quer sertanejos ou ainda negociantes, de preferência brancos. As suas funções cobriam a resolução de “milandos”, peculiares questões cafreais entre indígenas, a concessão de licenças, a vigilância do comércio e da caça, a manutenção da ordem na jurisdição das suas capitánias, a protecção às caravanas e cáfilas, o levantamento e comando de cipaio e de tropas irregulares. Quando substituídos por filhos normalmente mestiços foram-se cafrealizando, e alguns só curavam de enriquecer. Se as famílias se extinguíam, eram escolhidos outros brancos entre a reduzidíssima e geralmente ignorante colónia europeia, constituída por mercadores, ou antigos soldados residentes.



*Fig.19 – Shaka Zulu*

São exemplos:

- Capitão-mor de Quelimane - antigo soldado António Lopes;
- Capitão-mor de Cheringoma - antigo soldado Comendador Barata;
- Capitão-mor de Mechindo - o negociante N. de Carvalho;
- Capitão-mor de Sena - o analfabeto Anselmo Ferrão;

- Capitão-mor de Tete - o bom e valente, mas ignaro, João Martins;
- Capitão-mor de Manica e Quitevo - Manuel António de Sousa, inteligente mas pouco culto;
- Capitão-mor da Chicoa - o boçal Inácio Xavier, moçambicano negro;
- Capitão-mor do Zumbo - Araújo Lobo.

O referido Manuel António de Sousa auxiliou as tropas portuguesas em 1856, 1863 e 1869, foi recebido por El-rei em Portugal e foi promovido a Coronel Honorário do exército ultramarino, comendador de Aviz e condecorado com a medalha de bons serviços.<sup>62</sup>

Entre 1796 e 1801 o governador Menezes e Costa fortificou Lourenço Marques e mandou construir a 1ª Escola Primária.

### **Séc. XIX de 1800 a 1899**

Até o começo do Séc. XIX, a acção portuguesa na costa oriental africana, é um movimento de interesses particulares de que o Estado é um mero participante, sempre o menor. Todo o comércio se fazia sem uma linha escrita, informando como se procedia. Os holandeses, pelo contrário, trabalhando para a Companhia das Índias Orientais tudo teriam de relatar, mas os portugueses desde os governadores, capitães, padres, feitores, pilotos, marinheiros e soldados, todos eram comerciantes, sertanejos e só acessoriamente funcionários.

Em termos de emigrantes, durante o séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, Portugal enviou para as colónias uma população composta de condenados ou de indesejáveis, tanto civis como militares, os soldados incorrigíveis. Aliás era a política europeia, o envio de degredados para a “costa de África”.

Realmente território português no início do séc. XIX (1800) eram a cidade de Moçambique (Ilha); a ilha de Ibo; e a chamada Terra Firme, com 500km<sup>2</sup> e 15 000 habitantes e são territórios dos vassallos da cidade de Moçambique, além da Zambézia e da região de Lourenço Marques.

Quando no fim do Séc. XIX a coroa autorizou a ocupação dos territórios por companhias de plantação (Boror, etc.) os achikundas, acima referidos, ajudaram os senhores dos prazos a resistirem a essas companhias. Como escravos guerreiros isentos de pagamento de imposto e de trabalho servil, não aceitaram o trabalho forçado nas companhias de plantação e, fugindo de aringa em aringa, deram muito trabalho às tropas quando em campanha de pacificação.<sup>64</sup> É histórica a existência da República Militar de Maganja da Costa, constituída por achikundas do prazeiro João Bonifácio Alves da Silva, que haviam conquistado o Angoche para os portugueses e tendo o seu chefe morrido em combate, regressaram à aringa de Maganja da Costa, onde se mantiveram durante décadas organizados em república, segundo testemunho de Azevedo Coutinho.



Mas em 1815 a Inglaterra só domina a pequena colónia do cabo da Boa esperança; quem domina o resto são os boers, descendentes de holandeses e agricultores, e que governam desde o Cabo Agulhas até ao Rio Orange; os portugueses dominam o litoral de Moçambique entre o Rio Rovuma e o sul de Lourenço Marques.

*[As fronteiras dos territórios ultramarino portugueses foram marcadas desde os tratados de 1815 até à Conferência de Berlim em 15 de Novembro de 1885 e pelas convenções subsequentes].<sup>67</sup>*

Em 14 de Agosto de 1815 fez-se a paz no Transvaal. Neste ano deu-se a real separação do Brasil de Portugal, sob um ramo da família real.<sup>68</sup>

#### **2.4.7 Reinado de D. João VI (1816-1826)**

*Reinado submetido a diversos ataques dos Vátuas no Sul de Moçambique.*

Em 1818 o Shaka Zulu, o Napoleão da África Austral, toma o poder na região dos Ngonis (Natal) (Fig.19). Soshangane, um dos chefes derrotados por Shaka Zulu refugiou-se na região de Lourenço Marques, e após algumas lutas chegou a acordo com os portugueses e estes continuaram na feitoria onde tinham construído um forte.<sup>69</sup> ( Soshangane ficou em L. Marques até 1828).

#### **Em 1822 o Brasil declarou a sua independência de Portugal.**

Entre 1824 e 1828 aconteceram diversos ataques a Lourenço Marques organizados pelos Vátuas (Zulus que se desenvolveram com Shaka Zulu). Em 1825 é fundado o reino de AmaGaza.<sup>70</sup>

#### **2.4.8 Reinado de D. Maria II (1826-1853)**

*Aumentam os ataques no sul de Moçambique, mas foi abolida a escravatura ou pelo menos, o tráfico de escravos. Realizam-se muitas viagens de exploração do interior de África e desmorona-se o grande império do Monomotapa.*

Entre 1831/34 e 1846/47 aumentaram as perturbações internas em Portugal Continental, pelo que aumenta a dívida pública, e só perante crise militar grave é que as colónias são assistidas.

Em 1832 o Duque de Palmela foi, por D. Pedro IV, encarregado de ir a Londres negociar a intervenção da Inglaterra em favor de D. Maria II, **sendo em troca cedido àquela nação a posse de Lourenço Marques.**

Em 1834 as lutas em Portugal entre Miguelistas e Liberais e dois anos depois a abolição instantânea da escravatura, são indicadas como as causas da decadência da Zambézia. Neste ano de 1834 (22 de Outubro), o presidio de Lourenço Marques foi atacado duas

vezes pelos vátuas da Matola e da Moamba, que conseguiram por fim aprisionar o governador Dionísio Ribeiro e o supliciarão barbaramente na *ilha Xefina*.<sup>71</sup> As tropas de Soshangane vindo de Chaimite, capital do império de Gaza destroem Inhambane.

### **Em 1836 a África Oriental Portuguesa passa a Província Ultramarina e é abolida a escravatura. (10 Dez 1836)**

Neste ano Soshangane ataca Sofala e Manica. Os portugueses saíram de Manica e refugiaram-se em Sofala. Foram ainda atacados os prazeiros do Zambeze. O Império de Gaza nesta altura ficava definido entre o Zambeze e Lourenço Marques. Ainda em 1836 o Marquez de Aracaty, João Carlos, aboliu a escravatura, mas sob pressão de traficantes suspendeu o decreto. Mas Joaquim Pereira Maninho, pressionado em 1840 por dois barcos ingleses que se encontravam em Moçambique, mandou executar a mesma lei da abolição. Os Decretos de 6 Nov 1838, 22 Dez 1854 e 27 Out 1880, tentaram extinguir os prazos mas não o conseguiram. No ano de 1835, os Boers sob a liderança de Orich, resolveram tomar conta da Baía da Lagoa, que consideravam a saída natural do Transvaal para o mar. Estes bóeres viviam nos seus carros, nos quais se deslocavam de um poço de água para o outro. Tinham uma cobertura de lona, e 1,20m de largura por 5 m de comprimento e eram puxados por um número de bois que podia chegar aos vinte animais. Conduziam grandes manadas de gado vacum e ovino chegando a 200 vacas e a 3 000 ovelhas por família.

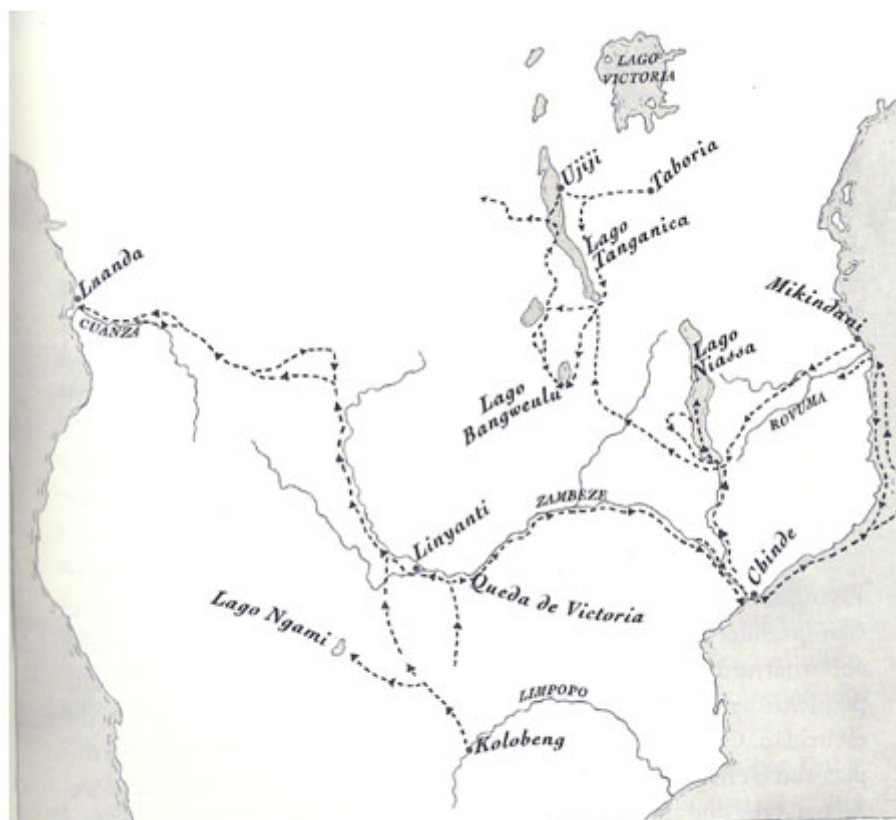


*Fig.21 – O carro boer que ajudou a desvendar o interior de África.*

Entre 1841 e 1866 Livingstone deambulou por África primeiro como missionário ao serviço de Inglaterra, depois como desbravador dos sertões e finalmente como descobridor das nascentes do rio Nilo que nunca encontrou. Declarou-se descobridor do Lago Niassa o qual já era conhecido dos pombeiros portugueses havia vários anos. Entre 1852 e 1856 atravessou o sul de África, de Angola, seguindo o rio Zambeze, até à sua foz. De 1858 a 1863 voltou ao Zambeze e à região a norte deste rio. Em 1866 subiu o rio Rovuma na busca incessante da nascente do Nilo. Foi cônsul dos Negócios Estrangeiros inglês para as tribos da África Oriental.

Anti esclavagista primário, teve no entanto de pedir ajuda a traficantes de escravos árabes para poder continuar a sua exploração.<sup>72</sup> Livingstone e muitos outros exploradores

contemporâneos que se aventuraram no interior de África, seguiram as rotas iniciadas com caravanas de escravos.<sup>73</sup> Este senhor era anti-português e anti-esclavagista.<sup>74</sup>



*Fig.22- Itinerários do senhor Livingstone na África Austral*

Fig. 22 - Itinerários do senhor Livingstone na África Austral<sup>75</sup>

Em Junho de 1840 o estado da África Oriental Portuguesa foi dividido em seis distritos militares:

- 1 - Moçambique;
- 2 - Quelimane e Rios de Sena;
- 3 - Inhambane;
- 4 - Lourenço Marques;
- 5 - Sofala;
- 6 - Cabo Delgado

O tratado Luso-Britânico de 3Jul1842, associava o tráfico de escravos à pirataria e autorizava a Royal Navy a vistoriar os navios de bandeira portuguesa. Em 1847 os navios britânicos estavam autorizados a entrar em águas portuguesas.

A Ilha de Moçambique foi vila desde 1763 e cidade desde 1818.



Em 1846 os bóeres instalaram-se a 100 léguas de Lourenço Marques mas contactados por João Albasini e Avelino Xaves de Menezes e pelo Padre J. Santa Rita, foi conseguido um entendimento.<sup>76</sup>

Em 1850 desmorona-se o Império do Muenomotapa. O povo Nguni (zulu) vindo da África do Sul, invade e funda o Império de Gaza.<sup>77</sup>

Sá da Bandeira pressionou para que o Conselho Ultramarino em 1851 e 1854, libertasse os escravos pertencentes ao Estado, e em 1856, os escravos das câmaras, das misericórdias e das igrejas.<sup>78</sup> Notar que a escravatura tinha sido abolida em 1836.

#### **2.4.9 Reinado de D.Pedro V (1853-1861)**

*Reinado com grandes problemas internacionais porquanto a Inglaterra e Cecil Rhodes começaram anexando territórios em África. Massangano é de novo um problema.*

Em 1853 novos problemas com a família Cruz de Massangano. Moçambique chegou a ser apontado como o “*paraíso dos traficantes*”, fornecendo não só escravos para o Brasil mas também para os Estados Unidos da América, onde a escravatura já tinha sido abolida.

Em 1854 os prazos da coroa não davam réditos (rendimentos). Em 1857 todos os portos de Moçambique estavam abertos a navios estrangeiros, e a Inglaterra instalou consulado em Moçambique sendo Livingstone seu cônsul em Quelimane.<sup>79</sup> A Inglaterra anexou o regulado de Changamire pondo-o sob a administração de Cecil Rhodes. Também em 1857 foi aprisionada em Moçambique, a barca francesa Charles et Georges, por tráfico de escravos. Os franceses ameaçaram atacar Lisboa se a barca não fosse libertada, pelo que seguiu a sua viagem sem escravos.<sup>80</sup>

Em 1858 o Governador João Tavares de Almeida enfrentou problemas de sedição das forças estacionadas na Ilha e foi preso.

No ano seguinte Livingstone passou em Tete e deixou 60 makokolos abandonados. Estes iriam mais tarde originar graves problemas com as autoridades portuguesas.

Em 1859 os vátuas atacam a fortaleza de Sofala mas não conseguem tomá-la.<sup>81</sup> Entre 1856 e 1859 morreu Soshangane, sucedeu-lhe Mawewe, que mudou a capital para Bilene.

O seu irmão Muzila substituiu-o e tornou a mudar a capital para Chaimite e governou até 1885, ano em que lhe sucedeu *Gungunhana*. Muzila manteve sempre boas relações com os portugueses.<sup>82</sup>

Por portaria de 4 de Fevereiro de 1858, a Zona conhecida por Rios de Sena passou a chamar-se Zambézia e constituía a totalidade dos territórios sujeitos à soberania portuguesa no vale do Zambeze, desde a foz<sup>83</sup> (tem várias) até acima do antigo presídio

de Zumbo. A extensão deste território até ao Zumbo pode ser calculada em 1 000 km. A sua largura não está bem determinada mas os limites são: pelo lado sul, os territórios do distrito de Sofala e pelo lado Norte, o sertão do Angoche.<sup>84</sup>



Na segunda metade do séc. XIX, um descendente da família Cruz de Massangano, obteve quatro vitórias sucessivas sobre as tropas regulares portuguesas e armou a sua “aringa” com artilharia abandonada por estas tropas. *“Bonga de seu nome, só queria ruminar em paz no seu prazo”*.

Em 1869, uma expedição ao Vale do Rio Zambeze contou com a participação de tropa indiana (cipaios) exactamente contra Bonga.<sup>85</sup> Assim entre 1836 e 1862 Zumbo é abandonado pelos portugueses.



*Fig.24 – Gungunhana*

#### **2.4.10 Reinado de D. Luís (1861-1889)**

*Novos problemas em Moçambique, alguns solucionados por MacMahon. A política encaminha-se para a solução das companhias majestáticas.*

Em 1861 o capitão inglês Bickford tinha declarado a Inhaca e a Ilha dos Elefantes (ou dos Portugueses) como território inglês. Portugal reclamou. A autoridade portuguesa sobre o interior a sul do rio Manhiça (Incomati) foi cedido aos portugueses por Muazita, chefe Matchangana.

Entretanto foi saindo legislação que tentava organizar o Exército Ultramarino. O Decreto de 31Jan1861 determinava:

- as *praças de pret*<sup>86</sup> dos corpos do ultramar serão europeias e indígenas;
- os *oficiais* serão, metade nativos e portugueses não europeus e a outra metade serão do reino.

Em 1864 existem 6 400 homens na Infantaria Colonial, e 1 500 homens na Artilharia Colonial em todo o Ultramar português. Em 1868 foi organizado um Batalhão Reforçado para intervir na Zambézia<sup>87</sup>.

Em 1868, o presidente dos boers Martinus Pretorius reclama o território de ambas as margens do rio Maputo, para o Transwaal, até ao mar. No ano seguinte o Transwaal recua e reconhece a soberania de Portugal sobre toda a baía da Lagoa. Deslocou-se uma missão portuguesa ao Transwaal para se acordar um tratado de comércio e delimitação de terras e em 29 de Julho foi assinado pelo presidente Pretorius e pelo nosso cônsul A. Duprat. Foi tentada a construção de uma estrada entre os dois países. Moçambique só é servido nesta data por barcos-correio ingleses.

Em 1875 o presidente francês MacMahon arbitra favoravelmente para Portugal a posse e soberania da baía de Lourenço Marques e regiões circundantes. Joaquim Carlos Paiva de Andrade em 1877 foi convidado para Governador de Quelimane e Tete (Alta e Baixa Zambézia), mas não aceitou. Deslocou-se a Moçambique para estudar a Zambézia e organizou a Societé des Fundateurs de la Companhie General du Zambeze em 1878. Esta Societé em breve abriu falência.

**É ainda neste ano 1878, que foi descoberto ouro no Transwaal.<sup>88</sup>**

Em 1880 os portugueses são desapossados de terras que tinham reconhecido e explorado no início do século.



*Fig.25 – Mucusse Omar*

Na Revista Occidente de 1880, relatava Augusto Castilho a prisão de Mucusse Omar traficante de escravos: *Logo a sul da Ilha de Moçambique e da baía de Mocambo entre as portas de Bajona e de Mujincal, abrem-se as bocas dos rios Infuca e Quivolane, com complicados e sinuosos canais de mangais alagadiços. Pois era nesses esconderijos que Mucusse Omar desenvolvia o seu negócio de venda de infelizes indígenas que vinham do lago Niassa e eram levados para Madagáscar. Este senhor sempre zombou das autoridades portuguesa por vezes escondendo e por vezes pagando para disfarçar, seu comércio. Preso, foi julgado e condenado sendo depois degredado para Cabo Verde.*<sup>89</sup> Em 1881 Augusto Castilho dizia: *De Janeiro a Abril, Quelimane é um braço do Zambeze, alimentado pelos canais Quaqua e Mutu. O delta que abrange 80 km de litoral e que se ramifica pouco a sul da Vila de Sena, está sempre sujeito a inundações periódicas e portanto muito fértil. Sena é vila desde 1763. Nesta data, 1881, continua a fazer-se comércio em Quelimane embora com dificuldades. Quase todos os edifícios são lacustres mas os seus habitantes são hospitaleiros.*<sup>90</sup>

No mesmo ano o mesmo Augusto Castilho dizia: *O comércio de Moçambique está desde tempos imemoriais nas mãos de baneanos da Índia, que se estabeleceram em todos os portos. São pacíficos de costumes sóbrios, só preocupados com lucrar pecuniariamente. Não podem matar qualquer animal mesmo daninho pelo que as suas casas são nojentas. São pouco asseados, sornas, sem brio e sem dignidade viril de forma alguma. Da Índia recebem fazendas e contarias, e retornam marfim e libras esterlinas.*<sup>91</sup>



*Fig.26 – Uniformes Militares Coloniais em 1880*

Apesar de em 1852 terem acalmado as guerras civis em Portugal, ainda em 1882 não se tinha olhado com atenção para o ultramar, nem havia recursos para se proceder a uma ocupação efectiva. Foi a altura das missões de exploração científica. Paiva de Andrade enviou duas expedições científicas a Moçambique mas em 1883 desistiu face às



exigências do Governo. Depois formou a Companhia de Ophir, para as minas de Manica e Quiteve em 1884. Faliu novamente.

Mas em 1888 Paiva de Andrade, conseguiu financeiros para constituir a 1ª Companhia de Moçambique, instalada em Lisboa e Joaquim Pedro de Oliveira Martins como administrador em Moçambique. Mas também faliu.

Entre 1880 e 1918, Portugal conduziu uma guerra permanente e distante, desconhecida do estrangeiro, mas que enfraqueceu o país. No final do séc. XIX alguns políticos propõem vender o Ultramar, mas só em 1851 e anos seguintes algumas ilhas da Oceânia foram vendidas por 60 000 patacas, incluindo a ilha das Flores (capital Larantuca) a Norte da ilha de Timor.

Entre 1881 e 1885 registam-se as revoltas dos Namarrais, que muito trabalho deram para serem pacificados. Resumindo entre 1854 e 1916, das 163 acções militares em Moçambique, 55 são na Zambézia.

-  
Em 1884 foi inaugurada a linha de vapores entre o Cabo, Lourenço Marques e Aden. Em 1887 é inaugurado o Caminho de Ferro de Lourenço Marques até à fronteira do Transwaal (Ressano Garcia),<sup>92</sup> e desenrolaram-se acções militares da Marinha no Norte de Moçambique. Ainda neste ano se pretendeu definir a fronteira norte da Africa Oriental Portuguesa com o Sultanato de Zanzibar, o que foi sempre difícil. Augusto Castilho e Oliveira Gomes conseguem a rendição dos Bongas, na aringa de Montontaura. A Zambézia está pacificada No ano seguinte Portugal decide controlar directamente apenas a parte sul de Moçambique, entregando o Norte e o Centro a companhias majestáticas, na maior parte de capitais ingleses.

### **São as Companhias do Niassa, da Zambézia e de Moçambique.**



*Fig.27 – Companhia de Caçadores de Inhambane em 1881.*

Estas Companhias Majestáticas (comerciais) utilizadas no desenvolvimento de Moçambique só foram montadas depois de 1888. Em 11 de Fevereiro de 1888, Ndebele torna-se um protectorado inglês com o nome de Terra do Matabel ou Matabelandia administrado por Cecil Rhodes. Em Dezembro é uma colónia da África Oriental Inglesa. Penso que as próprias Companhias Majestáticas (de Moçambique, do Niassa e da Zambézia) foram sucessoras dos Prazos, mas em vez de personalizar a sua gerência, entrou-se no caminho da desvinculação dos bens da nação, quase sempre para estrangeiros.

*No entanto há conhecimento de Companhias Comerciais desde 1587 quando se formou a Companhia das Índias Orientais por Filipe II de Espanha, e em 1600 com o mesmo nome mas inglesa, e em 1602 com o mesmo nome mas holandesa e em 1664 com o mesmo nome mas francesa. Entretanto em 1649, criou-se a Companhia General do Comércio do Brasil, holandesa traficando escravos e açúcar para a Europa. Em 1676 a Companhia do Cacheu e Rios da Guiné, em 1690 a Companhia de Cacheu e Cabo Verde só para escravos. Em 1694 Nova Companhia da Índia, Em 1755 a Companhia de Grão Pará e Maranhão e a Companhia de Pernambuco e Paraíba. Eram todas companhias que gozavam de privilégios especiais de forma a serem encorajadas a arriscarem os seus capitais nos perigos das navegações e do comércio. Também eram conhecidas como "Companhias da Carta".*

A 1ª Companhia de Moçambique, destinava-se a extrair minérios, tendo o Estado português concedido direitos soberanos em 1888. Estes poderes foram modificados e alargados por Decretos posteriores de 30 Jun 1891, 22 Dez 1893 e 17 Mai 1897. A área da sua responsabilidade pode ser observada na figura 28. A Companhia tinha um Governador residente na cidade da Beira, devia promover a colonização com 1 000 famílias portuguesas. Até 1899 foram enviados para a Beira 890 homens, 234 mulheres e 187 crianças. Face às más condições do porto de Sofala, foi escolhido Aruangua, onde foi instalado um posto militar e era um local que se chamava Chiveve ou Chiveu, para capital da companhia de Moçambique, com o nome de Beira em homenagem ao príncipe herdeiro nascido nessa data.<sup>93</sup> A povoação foi criada por portaria nº 303 de 27Jul1887 e a aprovação do Foral data de 18Jul1942/Dec.Lei nº 800. Beira foi elevada a cidade em 29Jul1907, sendo seu prazeiro (de Cheringoma) o Sr João Eduardo Coelho Barata.<sup>94</sup>



*Fig.28 – Áreas das companhias majestáticas*

#### **2.4.11 Reinado de D. Carlos (1889-1908)**

*Último reinado com duração que permitiu fazer algo. Os caminhos-de-ferro foram impulsionados em Moçambique. Aumentaram as companhias inglesas e alemãs. Apareceram o “Mapa cor-de-rosa” e o “Ultimatum inglês”.*

O Porto da Beira foi construído pela Companhia de Moçambique desde 1891. Era obrigação da Companhia mandar construir uma rede de caminhos-de-ferro e formaram-se as companhias inglesas:

- Beira Railway - da fronteira até ao Pungué navegável. Inaugurado em 1894.
- Beira Junction Railway - do Pungué até à Beira e cais acostável no porto.
- Para o Malawi outra companhia inglesa a Trans Zambézia Railway construiu a ligação desde a Beira por Mutarara onde foi construída uma ponte sobre o Zambeze (fig. 29).



*Fig.29 – Ponte de Mutarara sobre o Zambeze*

António Enes, então Comissário Régio, diz no seu relatório de 1893: (referindo-se à Zambézia) *“Os terrenos inaproveitáveis ou só aproveitáveis com penoso sacrifício, impõem despesas de soberania...Falta o marfim, só procurado pelos monhés...A Zambézia abrange os distritos de Quelimane e de Tete e parte dos Territórios da companhia de Moçambique na margem direita do Zambeze. Sendo Tete a Alta Zambézia e o restante a baixa Zambézia ou a Agrícola.”*E continuava António Enes: *“Nesta zona existem: - Companhia da Zambézia - Companhia do Boror - Companhia do Luabo - Companhia de Assúcar de Moçambique - Sociedade Madal e a Sena Sugar States.”*<sup>95</sup>

A Companhia da Zambézia pelos decretos de 26 Dez 1878, 28 Abr 1892 e 24 Set 1892, ficou com a administração de todos os prazos da coroa a norte do Zambeze e a oeste do Chire (Shire) e ao sul do Zambeze e a oeste do Luenha e do Masoé e conglumerava as companhias (todas estrangeiras):

- Katanga; Central African and Zonthansberg;
- International Flotilha Company;
- African Trans-Telegraph;
- Gold-Fields of Zambezia;
- North Charterland Explotation.<sup>96</sup>

Em 1889 existe uma única Empresa Nacional de Navegação que serve Moçambique de Macequece. Nesta época um sultão “yao” liquida o Tenente Valadim e a sua companhia a caminho do Lago Niassa. A área é da companhia do Niassa.

É interessante referir que o trabalho do major de Engenharia Joaquim José Machado, que em 1882 planeou o traçado do caminho-de-ferro L. Marques - Pretória, em Moçambique e no Transvaal, aberto em 1890, teve o seu nome, dado pelos sul-africanos, a uma das estações, a estação de Machadodorp.<sup>97</sup>



*Fig.30 – Mapa cor de rosa*

No ano de 1885, teve lugar a conferência de Berlim, onde Portugal apenas foi admitido e não como fazendo parte integrante das potências africanas. Ingenuamente Portugal apresentou nessa conferência o “**Mapa cor-de-rosa**”, tentando ligar Angola com Moçambique, mas efectivamente as zonas do interior, embora percorridas por pombeiros e comerciantes portugueses, não estavam efectivamente ocupadas, pelo que a Inglaterra dispersou os seus missionários e formou as suas Companhias da Carta que com voluntários e aventureiros tratou de em 1889 com Cecil Rhodes, perito em anexar territórios para Inglaterra e após ter anexado a zona de Kimberley (diamantes) foi autorizado pelo governo inglês a formar a British South Africa Company no actual Zimbabwe. Com esta companhia formada e com mais alguns aventureiros lança-se à conquista da África Central. Em 1890 as tropas da mesma Companhia Majestática inglesa de Cecil Rhodes, deram origem à formação do Batalhão de Voluntários de Lourenço Marques, que lhes fez frente e os invasores retiraram do território da África Oriental portuguesa.

Neste ano Gungunhana passou a governar o Império de Gaza, mas diminuído de duas grandes porções. A norte do rio Pungué, o prazeiro Manuel António de Sousa, tinha obtido este prazo até ao Zambeze, e a sul, do rio Incomati, várias tribos se tinham declarado independentes, e mantinham muito boas relações com os portugueses de L. Marques. Gungunhana mal subiu ao poder foi contactado por agentes da British South



Africa Company e por agentes do governo português que queriam assinar com ele um acordo em que o Gungunhana se declarasse vassalo e reconhecesse a autoridade de um dos governos. Embora tivesse assinado um acordo com os portugueses nunca recusou a proposta dos ingleses.

Ainda em 1887 é inaugurado o caminho-de-ferro de Lourenço Marques para o Transwaal, mas só em 1889 o governo começou a administrá-lo<sup>98</sup>.

### **Em 1890 a Inglaterra envia o Ultimato Inglês, para o país seu mais antigo aliado, Portugal.**

*Ou Portugal desiste das pretensões sobre o interland africano, ou uma esquadra britânica bombardeará Lisboa.*



*Fig.31 – Limites territoriais impostos pela Inglaterra, a preto, e a vermelho a ocupação portuguesa*

Em 1891 o conhecimento na Europa, do sul de África é muito fraco. Neste ano foi elaborado e assinado o tratado de 1891 que refere as fronteiras no sul de Moçambique, com o Transwaal, a Sua-zilândia e o Natal. Em 1892 foi formada a 2ª Companhia de Moçambique (comercial) embora com capitais estrangeiros. Nesta data a Beira foi declarada povoação urbana, embora essa designação fosse meramente legal e se destinasse apenas a justificar a divisão dos talhões entre o Estado e a Companhia de Moçambique



que então tinha tomado posse da administração do Território<sup>99</sup>. A reforma administrativa de 1891 define o território de Moçambique em duas províncias a Norte e a Sul do Zambeze.

### **O Estado da África Oriental**

Neste ano António Enes disse sobre a Beira: “Custou-me a crer que a Beira fosse aquilo, areia e mangal debruando um enorme lameiro líquido em que o Pungué e o Buzi vão dissolver as próprias margens laceradas por correntes que fazem perder o pé aos rinocerontes”.<sup>100</sup>

Portugal entre 1891 e 1898 atravessou um período muito sombrio, com as finanças exaustas, tendo recorrido a empréstimos externos e apresentando como garantias desses empréstimos os resultados das alfândegas coloniais. A Inglaterra e a Alemanha, ambos tinham interesses nas minas do Transvaal recentemente descobertas. Assim prepararam um Acordo Anglo Alemão em 1898, onde a Inglaterra faria um empréstimo a Portugal tendo como garantias o sul de Moçambique (Delagoa Bay) e a Alemanha faria também outro empréstimo tendo como garantia o Norte de Moçambique até ao Rio Zambeze e o Sul de Angola. Aos prestamistas só interessavam as Alfândegas. Em anexo a Alemanha queria receber Walfish Bay e Timor. Ficou em discussão a ilha de Zamzibar e a zona de Pemba (Porto Amélia). O governo português não aceitou o conteúdo do acordo e em 14 de Outubro de 1899 a Inglaterra finalmente assinou a declaração que garantia a integridade de todas as colónias portuguesas.<sup>101</sup>



*Fig.32 – Barco de roda em circulação no Zambeze*

Entre 1890 e 1901 realizaram se as seguintes expedições militares, do Reino para Moçambique:

<i>Ano</i>	<i>Mês</i>	<i>Oficiais</i>	<i>Praças</i>
1890	Dezembro	33	756
1894	Outubro	24	603
1895	Março	66	2193
1896	Março	9	306
	Junho	3	49
	Novembro	4	376
1897	Julho	25	733
1898	Julho	22	654
1899	Julho	22	654
1900	Março	20	710
	Setembro	55	1153
1901	Janeiro	17	371
	<b>Totais</b>	<b>300</b>	<b>8 558</b>

*As tropas chegadas no ano de 1895, foram utilizadas em Fevereiro em Marraquene, em Setembro em Magul, em Novembro em Coolela, Manjacaze e Chaimite. Entre 1895 e 1897 em Namarrais e em Junho de 1897 em Macontene.*

Nesta data, em 1901, Moçambique foi considerado estabilizado militarmente.<sup>102</sup>

Em 1893 existiam 3 faróis em Lourenço Marques, mas não havia cais acostável. Foi concedido a Allen Wack e C<sup>a</sup>. o aterramento e construção dum cais acostável a pequenas embarcações entre a Ponta Vermelha e a alfândega, mas em 1897 tal concessão foi anulada. Antes de 1895, exceptuando pequenas manchas do Vale de Zambeze, entregues nas mãos de “muzungos” e “homens de chapéu”, tudo o mais jazia ao abandono. Gungunhana foi aprisionado em Chaimite em 1895 e deportado para os Açores.

Na data da formação da Beira a população era apenas de 350 indivíduos não africanos e 990 africanos. Em 1893 já havia 120 km de via férrea assente entre a Beira e o Zimbabwé.

Continuava a sair legislação sobre a organização das tropas ultramarinas e em 1895 foram por decreto constituídas *companhias de guerra* independentes, autónomas em diversos pontos do interior das colónias. As forças a prestar serviço no Ultramar eram organizadas em:

*Frente Oriental: **Moçambique**, Índia, Macau e Timor;*

*Frente Ocidental: Cabo Verde, Guiné, S.Tomé e Príncipe e Angola.*

Este decreto acabou com a organização do Regimento e cria a unidade tática de Batalhão.

Em 20 de Janeiro de 1896, o International Herald Tribune afirmava que Portugal iria vender à Inglaterra a Delagoa Bay com o seu porto de Lourenço Marques e o território adjacente por 300 000 francos. (Já nessa altura a imprensa antecipava decisões governamentais, para ver se colava. Não colou!) Portugal desmentiu esta notícia e o articulista acrescentava que “Delagoa Bay contém o melhor porto na costa leste africana e o desenvolvimento das regiões interiores, o tornavam a “pérola” das possessões coloniais portuguesas.” Entre Janeiro e Março de 1896 Mouzinho pacificou toda a região a sul de L. Marques. Em 1897 o mesmo Mouzinho depois de aprisionar Maguiguane dominou efectivamente o Sul do Save. Em 1897 foram dadas por finalizadas as campanhas de Gaza e dos Namarrais.



*Fig.33 – 1º Farol de L. Marques*



*Fig.34 – Lourenço Marques pelo ano de 1880*



*Fig.35 – Bateria de Artilharia de defesa de costa de L. Marques em 1896 (Porta Vermelha)*



*Fig.36 – O porto da Beira em 1892.*

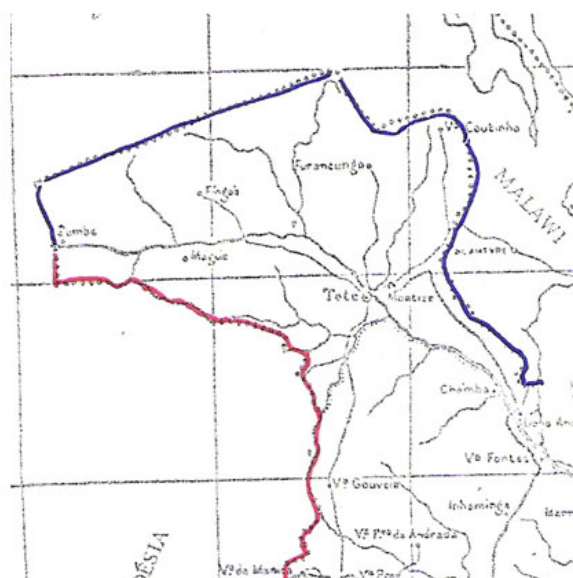


## Séc. XX de 1900 a 1975

A partir de 1900 o Governo extinguiu as passagens de colonos de Portugal para a Companhia de Moçambique. Neste ano, por arbitragem internacional, Portugal pagou aos accionistas do caminho-de-ferro de Lourenço Marques uma compensação de um milhão de libras, suponho que por atrasos na sua construção. Em 1900 e até 14 de Abril de 1901, Gago Coutinho esteve na África Oriental Portuguesa em trabalhos de “Demarcação da Fronteira com a British Central Africa”, seguindo os vales do rio Zambeze e rio Chire. De 22 de Agosto a 9 de Novembro de 1904, percorreu toda a fronteira a Norte do Zambeze até ao Zumbo. Em 1905 no mês de Abril demarcou a fronteira a sul do Zambeze. Em 1906 observou a triangulação do Sul do Save para a execução de uma carta da região, então a ser muito ocupada. Em Maio de 1908 essa triangulação passa Inhambane e o Bazaruto, até aos territórios da Companhia de Moçambique.<sup>104</sup>

Troço Azul - fronteira a Norte do Zambeze.

Troço Vermelho - a sul do Zambeze.



*Fig.37 – Percurso de Gago Coutinho a N do Zambeze e a S do mesmo rio para definir a fronteira do saliente de Tete.*

Em 1901 foi publicado o decreto que permitiu que numerosos oficiais do exército do Reino, seguissem para as colónias, para desenvolver o poderio militar e tornar efectiva a soberania.<sup>105</sup> Foi por este decreto que Moçambique passou a ser dotado em permanência com núcleos de tropas europeias.<sup>106</sup> Para os indígenas o tempo de serviço que era de 7 a 10 anos, passou a ser de 3 anos e para os europeus de 4 anos.<sup>107</sup> Foi estabelecido o escalonamento do litoral para o interior das Companhias Independentes, que constituíam

centros de ocupação, das quais irradiavam forças destacadas para os postos militares espalhados pelos sertões.

Por este Decreto de 1901, foi proposto como tropas de 1ª linha para Moçambique o indicado no quadro seguinte:

<b>Proposto</b>	<b>Após redução, ficaram:</b>
10 Companhias de Infantaria Indígena	10 Companhias de Infantaria Indígena
2 Companhias de Infantaria Europeia	2 Companhias Indígenas de Metralhadoras
2 Esquadrões de Dragões	1 Esquadrão de Cavalaria
1 Bateria Mista de Artilharia Mista e Guarnição	1 Bateria de Artilharia
1 Companhia Mista de Artilharia Montanha e Infantaria	
1 Batalhão Disciplinar	
1 Corpo de Polícia (1 Pelotão Cav., 2 Pelotões Inf., 1 Secção Auxiliar Indígena)	3 Companhias de Depósito e Recrutamento
4 Companhias de Depósito	

O mesmo Decreto determinava que os oficiais do Exército do Reino no desempenho de comissões de serviço ordinárias no Ultramar tinham direito a uma subvenção mensal pelo posto, e se estivessem:

- em Lourenço Marques receberiam mais 50% - na Zambézia receberiam mais 30%.

Curiosamente, o mesmo decreto de 1901, define que a Fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique é uma Praça de Guerra e também Depósito de Condenados. No Batalhão Disciplinar eram incorporados os deportados do Exército do Reino, os compelidos a alistarem-se no Ultramar e as praças transferidas por motivos disciplinares.

**Ainda aqui em 1901 não se fala de Moçambique, mas em partes desta colónia. (Ilha, Zambézia, Lourenço Marques, etc.)**





*Fig.38 – A futura cidade da Beira, em 1900.*

Em 1902 Azevedo Coutinho comandou a expedição ao Barué, pacificando a zona, levou à eliminação dos muzungos (assimilados) da Zambézia e acabou com três séculos de cultura luso-africana que no vale do Zambeze vivia à revelia do controlo da coroa, mas com a 2ª Grande Guerra esta zona voltou a rebelar-se. Ainda entre 1900 e 1902 teve lugar a guerra anglo-boer. A Inglaterra venceu e anexou o Transwaal e Orange. Nessa data o porto de Lourenço Marques era utilizado somente como porto de baldeação entre os navios e terra. Houve portanto que construir o Cais Gorjão. Também foi planeada a construção de nova linha para a Suazilândia. No entanto a linha de Goba, ou da Suazilândia só foi construída depois da 2ª Grande Guerra.

Pelo decreto de 1901, foram previstas tropas de 2ª linha que são aquelas que, embora regularmente organizadas só prestam serviço militar remunerado fora das épocas destinadas à sua formação, por circunstâncias de força maior ou na presença de qualquer revolta, guerra interna ou externa. (Só tinha elementos indígenas). (*Sessenta e seis anos depois ainda encontrei tropas de 2ª linha em Timor*).

Em 1903 atracou em Lourenço Marques, no Cais Gorjão, o primeiro vapor “Swazi”. Começaram a funcionar as carreiras mensais para a Costa Oriental com os vapores Portugal, Malange e Luanda e mais tarde com os vapores África, Lusitânia e Lisboa. Nesta colónia começaram a fazer cabotagem os navios Luabo, Chinde, Ibo e Manica, indo de Lourenço Marques ao Cabo Delgado.

Entre 1904 e 1913, desenvolveram-se diversas campanhas militares no norte de Moçambique. Em 1904 e em 15 de Fevereiro foram inauguradas as linhas de carros eléctricos de L. Marques da Delagoa Bay Development Corporation (nova firma inglesa).

Entre 1903 e 1905 o comandante Eduardo Lupi foi nomeado Capitão Mor das Terras Firmes do Angoche e sem meios e sem pessoal, pediam-lhe que resolvesse, sem apoio nem do governador, os problemas do Angoche. Nesta zona tinham sido sacrificados o tenente Fonseca e Almeida, o Eng.º Civil Pais Almeida, o Sarg. de cavalaria Pita Simões e 30 soldados. Era responsável um Fareley influenciado por sete séculos de influência árabe na região. Lupi com 40 caçadores de elefantes deu-lhe caça e afastou Fareley para 20 léguas do Angoche.

Em 1907 Lourenço Marques é promovida a capital do Estado da África Oriental. Em 1907 a Beira era cidade.



*Fig.39 – Feitoria Visconde de Carnaxide , Sofala em 1900*

#### **2.4.12 Reinado de D. Manuel II (1908 1910)**

*Reinado terminal da monarquia portuguesa, pouco veio adiantar.*

Entre 1908 e 1916 Neutel de Abreu, *oficial da beterraba* <sup>108</sup>, ocupou quase todo o distrito do Niassa. No meio do nada, entre a costa e o lago Niassa, o régulo Mataka mostrava uma civilização que admirava as tropas portuguesas. Na sua capital o seu Kraal, situado no meio do mato, dispunha de casa de banho com sanitas e zona de banhos, influência da educação árabe.

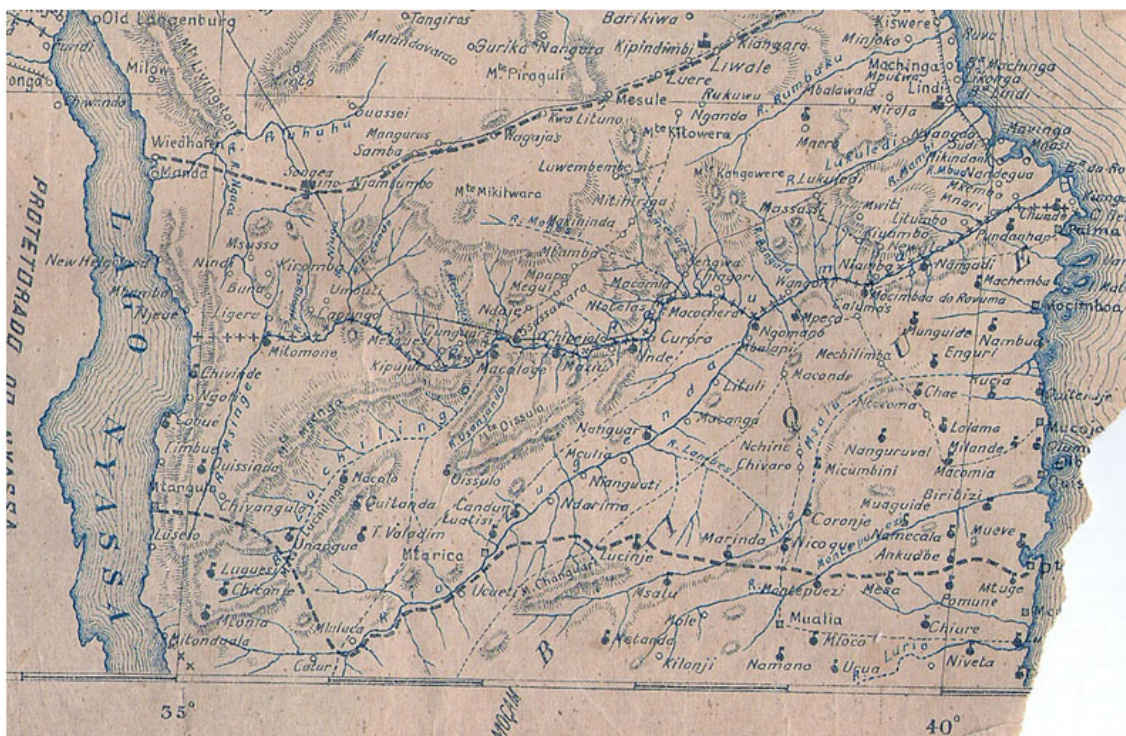


Fig. 40 – Carta de 1909 do norte do Niassa, com a indicação dos postos militares-administrativos existentes. (Original deteriorado, que existia no Q.G. em Lourenço Marques)

Em 1908 acabam as operações nos Namarrais e Macuana e em 1910 é ocupado o Angoche. São abolidos os regulados do Angoche e de Sankul.

No ano de 1909, em 18 de Abril, o general Smuts afirma para quem o quer ouvir, que Lourenço Marques é praticamente uma porção do Transwaal e da União da África do Sul.

Do mesmo ano é a planta do forte do Chibuto, no Sul do Save, com quartel de tropa e residência do governador. Tal consta da fig. 41, sendo discriminada a distribuição do aquartelamento pela cavalaria, pela infantaria, hospital, arrecadações, etc.



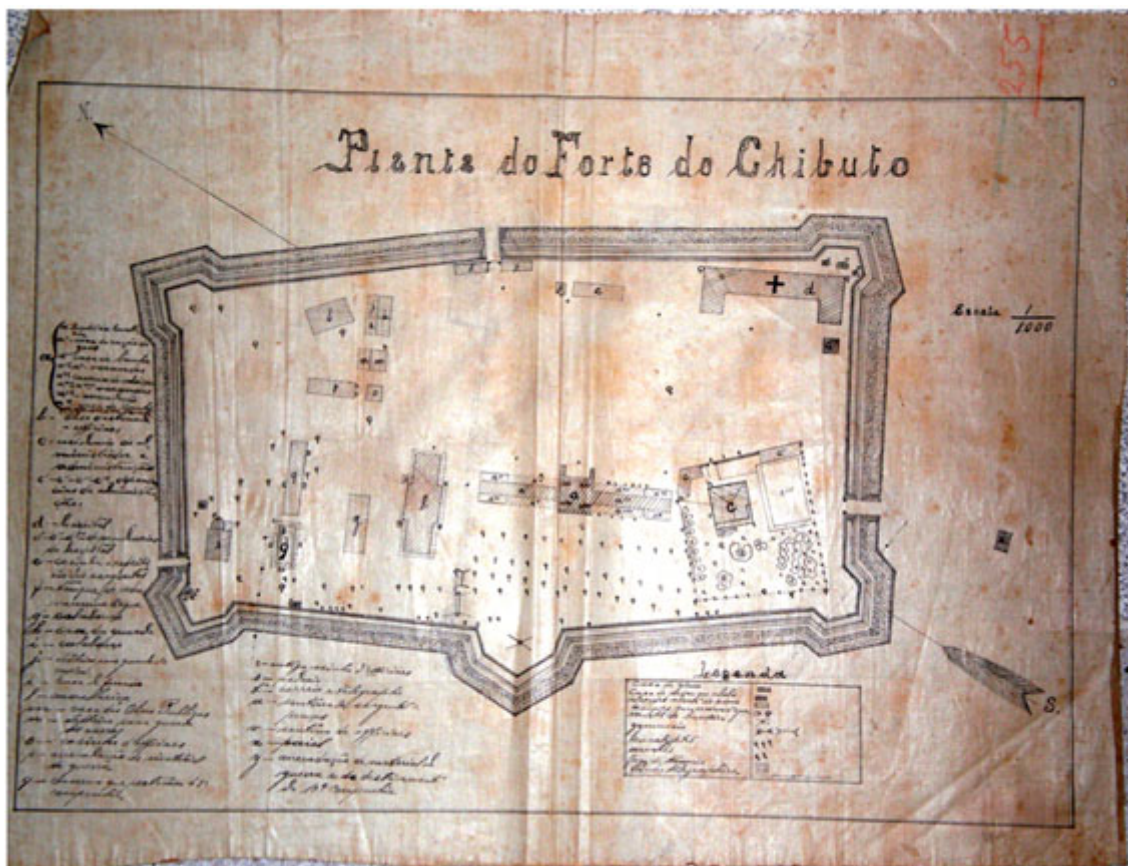


Fig.41— Planta do Forte de Chibuto, original de 1909, obtido no Q.G. de Lourenço Marques.

## 2.5 Época Republicana

*Em 5 de Outubro de 1910 foi implantada a República em Portugal. Até 1926 Portugal enfrentou uma Grande Guerra, e várias revoltas monárquicas.*

Bernardino Machado, quando presidente da república afirmou “Nem Lourenço Marques nem Timor, não cederemos nada, nada!”.

Em 1910 é inaugurada a Estação Central de Caminhos de Ferro de L. Marques.

Entre 1912 e 1913 desenrolaram-se operações em Sangage, Momba e Namarrais. Foram criadas as capitânicas de Macuana, Mussoril e Angoche, no Distrito de Moçambique. No Distrito do Niassa o Cap.Pottier de Lima ocupa tudo até ao lago. Monta um forte em Muemba no reino de Mataka em 1912. Em 18 de Agosto de 1914 Massano de Amorim chegou com 1 500 homens de reforço à Guarnição Normal da Colónia, antes da declaração de guerra. Era constituído por 1 Batalhão de Infantaria, 1 Esquadrão de cavalaria, 1 Bateria de Artilharia e diversos serviços.



*Fig.42 – Observatório Militar no Rovuma em 1917*



*Fig43 – von Lettow Vorbeck.*

Em 1914/18 Portugal enviou para Moçambique (norte): 825 Oficiais e 18 613 soldados.

E mobilizou em unidades moçambicanas: 1 000 Oficiais e sargentos europeus e 10 000 soldados indígenas.

Nesse período morreram em Moçambique:

- em combate - 54 pessoas
- por doença - 1 945 pessoas
- por acidentes - 8 pessoas.

Em Moçambique existiam em:

1850	Cerca de 1 000 militares das tropas regulares
1893	Cerca de 1 900
1916	Cerca de 5 000

Em Outubro de 1915 nova expedição com Moura Mendes constituída por: 6 Companhias de Infantaria (3 europeias e 3 Indígenas), 1 Bateria m/52, 1 Bateria de metralhadoras, Tropas de Engenharia, sapadores e telegrafistas.

Em 9 de Março de 1916 a Alemanha declara guerra a Portugal.

Em 5 de Julho de 1916, chega a Palma nova expedição com o General Ferreira Gil. Nesta vinham 159 oficiais, 4 483 praças, 945 solípedes e 159 viaturas constituindo: 3 Batalhões de Infantaria, 3 Baterias de Artilharia de Montanha, 1 Bateria de metralhadoras e 1 Companhia Mista de Engenharia.

Em 12 Setembro de 1917 desembarca em Mocímboa da Praia a 4ª expedição sob o comando do Coronel Sousa Rosa. Em 1917, sabendo das operações militares no norte contra as tropas alemãs, toda a zona entre Sena e Tete e margem direita do Zambeze, se revoltou. O régulo Macombe era o cabeça na sua aringa em Tambara . Foram precisas três colunas militares para resolver a questão.<sup>109</sup> De 1917 a 1918 reacendeu-se a revolta dos Angones, mas foi calada por mercenários da Companhia de Moçambique.

Em 11 de Novembro de 1918 tem fim a 1ª Guerra Mundial com a assinatura do Armistício.

A reforma de 1919 alterou por completo o regulamento de 1891 sobre os Prazos da Coroa.<sup>110</sup> Nesta data foi criado o Comando Militar do Monapo.



**Na África Oriental Portuguesa, nem Inhambane, nem Gaza nem Lourenço Marques, foram cedidos a qualquer companhia majestática.**<sup>111</sup>

A Companhia do Niassa formada em 1893, em 1899 transferiu a sede do seu governo da Ilha de Ibo para Pemba (Porto Amélia), e em 1929 esta Companhia passa para o Estado.

A Companhia de Moçambique funcionou desde 1888 até 1942. A 2ª Companhia de Moçambique foi criada pelo Governo Português para fazer face à British South Africa Company, e com poderes administrativos para ocupar e desenvolver Moçambique.<sup>112</sup> Entre 1940/50 a Companhia de Moçambique, SARL, continuou a sua intervenção económica e em 20Out1961 converteu-se no Grupo Entrepósito Comercial de Moçambique.<sup>113</sup>

Depois de 1892 apareceram as seguintes sociedades: - Companhia do Boror (alemã) nacionalizada com a independência. - Companhia do Luabo (diversas nacionalidades) - Sociedade do Nadal (francesa) - Sena Suger States (inglesa).

No fim da 1ª Grande Guerra, Smuts (RASul) considerava muito natural a anexação do Congo Belga e da África Oriental Portuguesa, e também do actual Zimbabwé. No entanto em 1919, Portugal ficou com as suas colónias atendendo a que elas já se encontravam nas mãos de muitos estrangeiros, principalmente de investidores ingleses. Metade da rede de caminhos-de-ferro, após 1870 foi construída com capital inglês, e a maior parte dos desenvolvimentos que se realizaram em Moçambique foram feitos por companhias estrangeiras mormente inglesas, as chamadas *concessões*, enquanto indianos ingleses (*monhés*) dominavam toda a vida comercial da colónia.<sup>114</sup>

Afirma o autor, V.G. Kiernau, que nenhuma nação pode viver eternamente de memórias heróicas e de armas adquiridas no estrangeiro<sup>115</sup>. Eternamente não, mas por quase 500 anos foi conseguido.

Em 1920 o Banco da Beira foi autorizado a emitir nota (libras). Deu-se a ocupação definitiva do Planalto Maconde. Em 1921 o distrito de Tete passa a ter 6 circunscrições fiscais e no de Moçambique foram criadas circunscrições civis. Em 20 de Julho de 1923 Changamire é anexado à Rodésia do Sul.

Em 1924 os portugueses naturais não indígenas, dos 21 aos 40 anos, passam a contribuir para a “taxa militar da província”.



*Fig.44-Linhas de penetração de interesse dos ingleses em Lourenço Marques e Beira.*

Em Outubro de 1915 nova expedição com Moura Mendes constituída por: 6 Companhias de Infantaria (3 europeias e 3 Indígenas), 1 Bateria m/52, 1 Bateria de metralhadoras, Tropas de Engenharia, sapadores e telegrafistas.

Em 9 de Março de 1916 a Alemanha declara guerra a Portugal.

Em 5 de Julho de 1916, chega a Palma nova expedição com o General Ferreira Gil. Nesta vinham 159 oficiais, 4 483 praças, 945 solípedes e 159 viaturas constituindo: 3 Batalhões de Infantaria, 3 Baterias de Artilharia de Montanha, 1 Bateria de metralhadoras e 1 Companhia Mista de Engenharia.

Em 12 Setembro de 1917 desembarca em Mocímboa da Praia a 4ª expedição sob o comando do Coronel Sousa Rosa. Em 1917, sabendo das operações militares no norte contra as tropas alemãs, toda a zona entre Sena e Tete e margem direita do Zambeze, se revoltou. O régulo Macombe era o cabeça na sua aringa em Tambara . Foram precisas três colunas militares para resolver a questão.<sup>109</sup> De 1917 a 1918 reacendeu-se a revolta dos Angones, mas foi calada por mercenários da Companhia de Moçambique.

Em 11 de Novembro de 1918 tem fim a 1ª Guerra Mundial com a assinatura do Armistício.

A reforma de 1919 alterou por completo o regulamento de 1891 sobre os Prazos da Coroa.<sup>110</sup> Nesta data foi criado o Comando Militar do Monapo.

**Na África Oriental Portuguesa, nem Inhambane, nem Gaza nem Lourenço Marques, foram cedidos a qualquer companhia majestática.**<sup>111</sup>

A Companhia do Niassa formada em 1893, em 1899 transferiu a sede do seu governo da Ilha de Ibo para Pemba (Porto Amélia), e em 1929 esta Companhia passa para o Estado.

A Companhia de Moçambique funcionou desde 1888 até 1942. A 2ª Companhia de Moçambique foi criada pelo Governo Português para fazer face à British South Africa Company, e com poderes administrativos para ocupar e desenvolver Moçambique.<sup>112</sup> Entre 1940/50 a Companhia de Moçambique, SARL, continuou a sua intervenção económica e em 20Out1961 converteu-se no Grupo Entrepósito Comercial de Moçambique.<sup>113</sup>

Depois de 1892 apareceram as seguintes sociedades: - Companhia do Boror (alemã) nacionalizada com a independência. - Companhia do Luabo (diversas nacionalidades) - Sociedade do Nadal (francesa) - Sena Suger States (inglesa).

No fim da 1ª Grande Guerra, Smuts (RASul) considerava muito natural a anexação do Congo Belga e da África Oriental Portuguesa, e também do actual Zimbabwé. No entanto em 1919, Portugal ficou com as suas colónias atendendo a que elas já se encontravam nas mãos de muitos estrangeiros, principalmente de investidores ingleses. Metade da rede de caminhos-de-ferro, após 1870 foi construída com capital inglês, e a maior parte dos desenvolvimentos que se realizaram em Moçambique foram feitos por companhias estrangeiras mormente inglesas, as chamadas *concessões*, enquanto indianos ingleses (*monhés*) dominavam toda a vida comercial da colónia.<sup>114</sup>

Afirma o autor, V.G. Kiernau, que nenhuma nação pode viver eternamente de memórias heróicas e de armas adquiridas no estrangeiro<sup>115</sup>. Eternamente não, mas por quase 500 anos foi conseguido.

Em 1920 o Banco da Beira foi autorizado a emitir nota (libras). Deu-se a ocupação definitiva do Planalto Maconde. Em 1921 o distrito de Tete passa a ter 6 circunscrições fiscais e no de Moçambique foram criadas circunscrições civis. Em 20 de Julho de 1923 Changamire é anexado à Rodésia do Sul.

Em 1924 os portugueses naturais não indígenas, dos 21 aos 40 anos, passam a contribuir para a “taxa militar da província”.



*Fig.44-Linhas de penetração de interesse dos ingleses em Lourenço Marques e Beira.*

Em 1930, a África Oriental Portuguesa era visitada pelos vapores João Belo, Mouzinho e Colonial. Na cabotagem existiam o Sena e o Buzi. É promulgado o Acto Colonial. Em 1932 é constituída a “The Beira Engineering Company”. Mais uma companhia inglesa nesta colónia.

As Companhias de Comércio ou da Carta também eram conhecidas como guildas, hansas, sociedades, fraternidades, corporações, e uniões.

A Companhia de Moçambique ocupava 144 822 km<sup>2</sup>, de Manica e Sofala, era limitada a norte pelo Rio Zambeze e a sul por uma linha recta que partindo do Limpopo a 22°50’S e 32°10’W, até à intersecção do meridiano 33°W com o paralelo 22°S, seguindo depois esse paralelo até ao mar.

O capitalismo anti-monopolista veio acabar com o sistema das Companhias de Comércio ou da Carta.<sup>116</sup>

Portugal passou a favorecer a ida de trabalhadores para as minas de ouro de Witwaterstrand na África do Sul.

Entre 1854 e 1918 Portugal esteve em operações militares durante 196 meses ou seja 16 anos.<sup>117</sup>

Em 1912 é criada a primeira escola secundária de Moçambique. Só em 1913 são submetidos os Namarrais. Neste distrito (Moçambique) entre 1861 e 1913 desenrolaram-se 61 operações militares.

Somente a partir de 1915 Portugal controlou politicamente todo o território de Moçambique.

O Decreto nº 5431 de 10 de Maio de 1919 actualizou o regime de prazos em Moçambique.<sup>118</sup>

Em 1920 Portugal recebeu como compensação da entrada na guerra, o pequeno triângulo a norte de Moçambique na zona de Quionga.

A colonização branca em Moçambique foi realizada mais à custa de colonos estrangeiros do que de emigrantes portugueses. Onde o comércio e as explorações mineiras oferecem melhores garantias o número de ingleses é considerável. A imigração portuguesa resumia-se a funcionários do Estado e a empregados das companhias majestáticas.<sup>119</sup> Após a 2ª Grande Guerra assistiu-se à fixação de muitos militares portugueses que serviram na África Oriental como militares e estes já não eram somente deportados.

Antes de 1930 na Zambézia, a cana do açúcar e as oleaginosas, são apoiadas com barreiras proteccionistas, tirando proveito de tal política alguns industriais e comerciantes com interesses estrangeiros.

Em 1920 existiam em Moçambique as seguintes linhas de Caminhos de Ferro:

- De Lourenço Marques à fronteira da Suazilândia, Dec. 15Jul1903 - 81 km (suspensos em 1908 por desacordo com a Africa do Sul);
- De Lourenço Marques a Ressano Garcia, Dec. 14Dez1883 - 89 km, em exploração desde Março de 1890;
- Do Xai-Xai a Manjacase - 52 km
- Da Beira à fronteira - 339 km - (companhia inglesa);
- De Quelimane a Maquival (da Zambézia) - 27,5 km

Até 1926, as forças militares coloniais tinham por missão quase exclusiva a manutenção da ordem pública e a ocupação dos vastos territórios (sertões) das províncias ultramarinas, alargando lentamente as zonas de actividade mercantil, garantindo-lhes a segurança e a liberdade de comércio.

O Decreto 11 746 de 16 de Junho de 1926, tornou o Exército único, extinguiu o quadro privativo das forças coloniais. O Decreto 13 309 de 23 de Março de 1927 normalizou o recrutamento do pessoal europeu. Em 1929 existem 18 unidades militares em Moçambique. O Decreto 19 220 de 9 de Janeiro de 1931, cria o recrutamento militar nas colónias. O Decreto 20 050 de 10 de Julho de 1931 organiza o serviço de saúde nas

colónias.

**Pretendia-se evitar, mas não coarctar, o envio de grandes e dispendiosos contingentes de forças metropolitanas como expedicionárias.**

Em 1935 as forças militares no Ultramar dependiam dos governadores e do Ministério das Colónias. As unidades coloniais eram do recrutamento local enquadradas por oficiais e sargentos europeus. Os naturais descendentes de europeus eram destinados a determinadas especialidades.

Em 1936 estimava-se a população da Beira em 370 000 indígenas e 4 000 europeus.<sup>120</sup>

Foi criada a DETA, ou seja a Divisão de Exploração de Transportes Aéreos, como ramo dos Caminhos de Ferro.

Em 1935/36 existiam em Moçambique as seguintes unidades militares:

1 Quartel-General, 1 Inspeção de Unidades, 10 Companhias Indígenas de Infantaria, 2 Companhias Indígenas de Metralhadoras, 1 Bateria Mista de Artilharia, 1 Esquadrão de Dragões e 1 Banda de Música, Outros diversos.

As Companhias de Comércio ou da Carta também eram conhecidas como guildas, hansas, sociedades, fraternidades, corporações, e uniões.

A Companhia de Moçambique ocupava 144 822 km<sup>2</sup>, de Manica e Sofala, era limitada a norte pelo Rio Zambeze e a sul por uma linha recta que partindo do Limpopo a 22<sup>o</sup>50'S e 32<sup>o</sup>10'W, até à intersecção do meridiano 33<sup>o</sup>W com o paralelo 22<sup>o</sup>S, seguindo depois esse paralelo até ao mar.

O capitalismo anti-monopolista veio acabar com o sistema das Companhias de Comércio ou da Carta.<sup>116</sup>

Portugal passou a favorecer a ida de trabalhadores para as minas de ouro de Witwaterstrand na África do Sul.

Entre 1854 e 1918 Portugal esteve em operações militares durante 196 meses ou seja 16 anos.<sup>117</sup>

Em 1912 é criada a primeira escola secundária de Moçambique. Só em 1913 são submetidos os Namarrais. Neste distrito (Moçambique) entre 1861 e 1913 desenrolaram-se 61 operações militares.

Somente a partir de 1915 Portugal controlou politicamente todo o território de Moçambique.

O Decreto nº 5431 de 10 de Maio de 1919 actualizou o regime de prazos em



Moçambique.<sup>118</sup>

Em 1920 Portugal recebeu como compensação da entrada na guerra, o pequeno triângulo a norte de Moçambique na zona de Quionga.

A colonização branca em Moçambique foi realizada mais à custa de colonos estrangeiros do que de emigrantes portugueses. Onde o comércio e as explorações mineiras oferecem melhores garantias o número de ingleses é considerável. A imigração portuguesa resumia-se a funcionários do Estado e a empregados das companhias majestáticas.<sup>119</sup> Após a 2ª Grande Guerra assistiu-se à fixação de muitos militares portugueses que serviram na África Oriental como militares e estes já não eram somente deportados.

Antes de 1930 na Zambézia, a cana do açúcar e as oleaginosas, são apoiadas com barreiras proteccionistas, tirando proveito de tal política alguns industriais e comerciantes com interesses estrangeiros.

Em 1920 existiam em Moçambique as seguintes linhas de Caminhos de Ferro:

- De Lourenço Marques à fronteira da Suazilândia, Dec. 15Jul1903 - 81 km (suspensos em 1908 por desacordo com a Africa do Sul);
- De Lourenço Marques a Ressano Garcia, Dec. 14Dez1883 - 89 km, em exploração desde Março de 1890;
- Do Xai-Xai a Manjacase - 52 km
- Da Beira à fronteira - 339 km - (companhia inglesa);
- De Quelimane a Maquival (da Zambézia) - 27,5 km

Até 1926, as forças militares coloniais tinham por missão quase exclusiva a manutenção da ordem pública e a ocupação dos vastos territórios (sertões) das províncias ultramarinas, alargando lentamente as zonas de actividade mercantil, garantindo-lhes a segurança e a liberdade de comércio.

O Decreto 11 746 de 16 de Junho de 1926, tornou o Exército único, extinguiu o quadro privativo das forças coloniais. O Decreto 13 309 de 23 de Março de 1927 normalizou o recrutamento do pessoal europeu. Em 1929 existem 18 unidades militares em Moçambique. O Decreto 19 220 de 9 de Janeiro de 1931, cria o recrutamento militar nas colónias. O Decreto 20 050 de 10 de Julho de 1931 organiza o serviço de saúde nas colónias.

**Pretendia-se evitar, mas não coarctar, o envio de grandes e dispendiosos contingentes de forças metropolitanas como expedicionárias.**

Em 1935 as forças militares no Ultramar dependiam dos governadores e do Ministério das Colónias. As unidades coloniais eram do recrutamento local enquadradas por oficiais e sargentos europeus. Os naturais descendentes de europeus eram destinados a

determinadas especialidades.

Em 1936 estimava-se a população da Beira em 370 000 indígenas e 4 000 europeus.<sup>120</sup>

Foi criada a DETA, ou seja a Divisão de Exploração de Transportes Aéreos, como ramo dos Caminhos de Ferro.

Em 1935/36 existiam em Moçambique as seguintes unidades militares:

1 Quartel-General, 1 Inspecção de Unidades, 10 Companhias Indígenas de Infantaria, 2 Companhias Indígenas de Metralhadoras, 1 Bateria Mista de Artilharia, 1 Esquadrão de Dragões e 1 Banda de Música, Outros diversos.



*Fig.45 – O porto da Beira em 1937.*

Em 13 de Maio de 1936 é nomeado Subsecretário de Estado da Guerra o Major Santos Costa e a política militar ultramarina deu uma grande volta.

Pelo Decreto 29 686 de 14 de Junho de 1939 é aumentado o efectivo militar de Moçambique para:

3 Inspecções de Infantaria, 12 Companhias de Infantaria, 3 Companhias de Engenheiros (com 2 pelotões de Morteiros e 1 pelotão de Canhões), 3 Baterias de Artilharia, 1 Esquadrão de Dragões a cavalo.

Em 25 de Agosto de 1940 desembarca em Lourenço Marques a primeira unidade expedicionária nesta época da 2ª Grande Guerra, o Batalhão de Infantaria 68.

Em 1942 são montadas as duas Baterias de Defesa de Costa de Lourenço Marques, a BAC1 em Ponta Mahone e a BAC2 na Ilha da Xefina. Serão desactivadas em 1959.

Em 1942 e 1945 Moçambique envia contingentes militares para Timor.

O Decreto 32 157 de 21 Julho de 1942, colocou sob as ordens do Ministro da Guerra, todas as forças militares em todas as colónias, para onde foram destacadas tropas metropolitanas.<sup>121</sup>

**Entre 1942 e 1963:**

Curiosamente, em 30 de Março de 1942 o Decreto nº 31 944 criou para a defesa de costa da África Oriental Portuguesa, nada menos que 12 (doze) Baterias de Artilharia de Costa, as quais só seriam criadas à medida que fossem adquiridos os materiais necessários. Como se viu, só foram montadas duas e o material da Bateria da Beira nunca foi montado.

Em 1948 o governo português resgatou o porto da Beira e o caminho-de-ferro, nacionalizando os dois empreendimentos.<sup>122</sup>

## 2.6 Meu testemunho pessoal

Em 1951, tendo terminado o curso do Colégio Militar e sendo indigitado para seguir a carreira das armas, segui para a Escola do Exército de onde em 1955 saí para Vendas Novas, a Escola Prática de Artilharia, como aspirante a oficial.

Entretanto no ano de saída do Colégio Militar, fiz parte da maior aventura da minha vida, até então, a viagem de vinte alunos finalistas a África, Angola e Moçambique, além de visitarmos a Madeira, S.Tomé e a República da África do Sul. Na África Oriental só tomei conhecimento superficial do *modus vivendi* africano, muito influenciado pela África do Sul, vizinha, mas tal maneira de estar no mundo, era convidativo. Em 1951 só contactei com a Bateria de Costa da Xefina Grande, que admirei pela grandiosidade dos materiais, com o Esquadrão de Dragões de L. Marques onde montámos cavalos em concurso hípico. Na Ilha de Moçambique contactámos com a Fortaleza de S. Sebastião mas só como visita histórica. De resto, em 1951 pouco mais me foi mostrado.

Mas em 1957 segui em comissão normal e apresentei-me em L. Marques no Quartel-General. Fui colocado na Xefina, que como disse já conhecia de seis anos antes, mas fiquei em Lourenço Marques em diligência no Grupo Misto de Artilharia, que se encontrava instalado no aquartelamento de uma antiga Bateria Ligeira Automóvel. Só três meses depois, quando o comandante da BAC2, capitão Mário Pinto de Almeida chegou à Região Militar eu fui deslocado para a minha unidade.



*Fig.46 – Uma das peças de 19cm que equipavam a Xefina*

O Grupo de Artilharia comandado pelo Ten. Coronel Almor Baptista e pelo Major Trindade, tinha como oficiais e sargentos, europeus do quadro permanente, alguns cabos europeus sendo o restante pessoal indígena, cabos e soldados. Os subalternos eram todos milicianos, alguns já de provecta *idade*, mas voluntariosos. O Grupo dispunha de obuses 8,8cm m/43.

Na BAC 2 na ilha Xefina só o Capitão e eu éramos do QP, sendo os restantes oficiais milicianos. Os sargentos eram quase todos do QP. O material era inglês “Peças 7.5”/45 Mark VI” de 19 cm de calibre.

Na BAC 1 na Ponta Mahone o Capitão Fiúza Álvares da Costa e o Alferes Antunes, do meu curso, eram os únicos do QP. Os restantes eram milicianos. O material era 15cm Krupp.

Passados dois meses sou destacado para Boane onde existia um Batalhão de Infantaria e uma Escola de Quadros Militares. Foi também destacado um capitão do Grupo de Artilharia de L. Marques, o Capitão Meira e Cruz, tendo a nossa equipa ministrado um CSM de Artilharia em 1958.

A Instrução ao pessoal de Artilharia embora no Grupo de L. Marques, existissem Obuses

de 8,8cm ingleses, em Boane foi nos facilitado o aproveitamento das Peças 7,5 cm Tiro Rápido Schneider Cannet, para treino do pessoal, com cerca de 3 000 granadas sobrantes da 1ª Grande Guerra. Gastámo las todas, embora as escorvas, por vezes, não respondessem quando pretendíamos. Em dois meses realizaram se todas as 5ª feiras fogos reais, para a Serra dos Macacos, o que beneficiou muito a instrução dos futuros furriéis.



*Fig.47- Curso de Sargentos Milicianos de 1958 em Boane*

No entanto, após ter instruído o pessoal de Artilharia, da aplicação táctica e técnica da Arma, nomeadamente como se procedia para dar apoio de fogos às tropas terrestres, com os meios de observação adequados e utilizando o Posto Central de Tiro (PCT), por métodos americanos (Shape), fizemos um exercício final em que, após o fogo que nessa data não foi real, se largaram todos os obuses (neste caso 8,8cm, que se dispunha), e seguimos até aos objectivos, varrendo todo o terreno a pé, como fazia a Infantaria. Embora com relutância cumprimos. Tal táctica era trazida por oficiais do estado-maior, que tinham frequentado cursos na Argélia, na luta antiterrorista. Eram assim analisados todos os metros quadrados do terreno, desde as posições até aos objectivos. Chamavam a isso a “ratissage” do terreno. Mal eu pensava que em comissões futuras, tal táctica seria intensivamente utilizada e até as unidades essencialmente de Artilharia, foram baptizadas de Batalhoas (BART) e as de cavalaria (BCAV) não sei como as baptizaram.

Tive conhecimento que existia um Grupo de Artilharia na Beira e outro em Nampula. Que me lembre existiam também em Lourenço Marques:  
Uma Companhia de Engenharia, uma Companhia de Saúde, um Depósito de Material de Guerra, um Esquadrão de Dragões e um Batalhão de Infantaria de L. Marques.

**De 1963 a 1972**





*Fig.48 – Bateria de Instrução da CIA em 1964, com todo o pessoal.*

Voltei em 1963 e fui colocado no Centro de Instrução de Artilharia, por sinal o mesmo aquartelamento do Grupo Misto de Artilharia de 1957, e da Bateria Ligeira Automóvel sua antecessora. Agora havia um refeitório novo para as praças ( que no antigamente comiam no chão e em latas que arranjavam). Neste CIA comandeí uma Bateria de Artilharia (Instrução) com o pessoal da foto da fig. 48.

Das cinco Baterias de Artilharia de Campanha que existiam em 1963 em Moçambique, no final de 1974 só existiam quatro. Porquê? A existência do Centro de Instrução de Artilharia não se justificava a não ser para existir pessoal para completar essas Baterias, mas como em 1959 todas as Baterias de Defesa de Costa foram desactivadas, o seu pessoal foi aproveitado como pessoal de Artilharia de Campanha.

Em 1963 foram criados os Estudos Gerais Universitários de Moçambique.

Ainda em 1964, na Namaacha, quando se realizaram os fogos reais no final da Instrução de Artilharia, com o PCT funcionando em viatura auto, montada segundo um projecto meu de 1959, e utilizando observação conjugada, aconteceu que, no alvo preparado com estacas e panos brancos, e perante a assistência de altos comandos da colónia, o referido alvo foi atingido com a primeira granada da regulação do tiro. Nem deu para continuar a regular o tiro, pois com o alvo destruído, nem graça tinha assistir aos outros impactes.

Em 1964 estive colocado na 2ª Repartição do Quartel-General até ao fim da comissão. Foi nesta altura que tiveram início as acções de guerrilha da Frelimo, pelo que a repartição onde me encontrava a prestar serviço era das mais azafamadas.



Foi inaugurada a linha de Caminho de Ferro entre L. Marques e a Swazilândia.

Na zona dos quartéis ao que me lembro, já existiam:

Uma Companhia de Engenharia (vizinha do CIA), um Depósito de Material de Guerra, um Hospital Militar, uma Companhia de Polícia Militar, uma Companhia de Intendência, um Batalhão de Infantaria de L. Marques, um Esquadrão de Dragões e uma Bateria de Artilharia de Campanha (no interior do CIA).



*Fig.49 – Fogos reais de Artilharia com obus 8,8cm, com pessoal do Centro de Instrução de Artilharia, em 1964.*



*Fig.50 – Quartel General da RMMoçambique até 1965.*

Em 1968 foi autorizada a construção da barragem de Cahora-Bassa.

Em 1970 foi iniciada a Operação "Nó Górdio" sendo Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, o General Kaúlza de Arriaga, operação que se prolongou até 1973.

## **De 1972 a 1975**

Voltei em 1972 com um Batalhão de Artilharia o 3877, o qual foi desmembrado e:

O Comandante Ten. Coronel Fogaça foi para Nova Freixo (agora Cuamba) comandar uma unidade de Guarnição Normal.

O 2º Comandante Major Tomé Morgadinho, ficou na Beira no Terminal de Transportes.

Eu fiquei em Nampula na Chefia do Serviço de Transportes.

E as nossas sub unidades foram destacadas: a Cart 3504 em Diaca (Moeda), a Cart 3505 em Nangade (Rovuma), a Cart 3506 em Metangula (Niassa).

A CCS em Nampula como Companhia de Transportes.

O Quartel General já se encontrava em Nampula desde 1965.

Em 1973 fui nomeado comandante do CICA de LMarques, que agora se chamava Centro de Instrução do Serviço de Transportes (CIST).

Em 1974 o velho quartel da Bateria Ligeira Automóvel de L. Marques passou a albergar, já não o CIST, que entretanto foi extinto, mas um Batalhão de Cavalaria de reforço à guarnição normal, e antes tinha aboletado duas companhias de Comandos que vieram do Norte para ajudarem nos incidentes de 7 de Setembro.

Quando o CIST foi extinto, fui transferido para o Terminal de Transportes de LMarques que funcionava no antigo Quartel-General e foi daí que embarquei de regresso a Lisboa, em 23 de Dezembro de 1974.

Ainda dediquei parte das minhas noites de L. Marques ao jornal Notícias, onde fui colocado como representante das Forças Armadas, logo após o 25 de Abril de 1974.

Neste ano foi assinado o acordo de Lusaca.

	1963	1974
Comandos de Agrupamento	1	12
Comando de Batalhão de caçadores	11	31
Comandos de Grupo de Artilharia	1	1
Batalhão de Comandos		1
Batalhão de Engenharia	1	1
Batalhão de Transmissões		1
Companhias de Caçadores	46	128
Esquadrões de Reconhecimento	3	3
Destacamentos de Engenharia		2
Companhias de Comandos		8
Companhias de Morteiros		1
Batarias de Artilharia de Campanha	5	4
Companhias de Policia Militar	2	5
Companhias de Engenharia	4	7
Companhia de Transmissões	1	1
Pelotões de Artilharia Antiaérea		2
Pelotões de Policia Militar		4
Estações Postais Militares		10
Grupos Especiais		83
Grupos Especiais Paraquedistas	3	12

Em 1975 quando da Independência, já não me encontrava em Moçambique.



*Fig. 51 – A cidade da Beira no séc. XX.*



*Fig. 52- A cidade de Lourenço Marques (Maputo) no séc. XX.*

Da cidade da Beira pouco tenho a relatar, pois embora tenha passado por lá dezenas de vezes e ter contactos permanentes com o Major Manuel Tomé Morgadinho responsável pelos transportes na Beira, pouco conheci da cidade.

Como referi, a cidade da Beira foi por decreto real de 14 de Junho de 1884 criado o



comando militar de Aruângua sendo seu primeiro governador o Capitão Gorjão de Moura. Sob as ordens de Augusto Castilho a canhoneira “Quanza” em 6 de Agosto de 1885 sob o comando do Tenente Cáceres Monteiro desembarca na ponta do Chiveve, cartografa a região e sonda a foz do Pungué.

Em 1929 é inaugurado o porto da Beira, que em 1949 passa para o estado português. Em 1965 é inaugurado o oleoduto Beira-Untáli.



*Fig.53- A Ilha que deu nome ao Estado da África Oriental actual Moçambique*

Lourenço Marques sim, passei lá alguns anos da minha vida, lá casei, lá vivi com os meus filhos algum tempo, o que não me deixa esquecer o que foi e o que ainda é para mim, esse rincão da África Oriental ex-Portuguesa.

Sobre a Ilha de Moçambique, que visitei inúmeras vezes, acho que é, ou era, uma pérola de qualidade incomparável, tanto para portugueses como para árabes como também para os habitantes da África Oriental. Está situada nas coordenadas a 15°02' S e 40°44'E, tem cerca de 5 km de comprimento e é conhecida de Portugal desde 1498, ano da passagem de Vasco da Gama pela ilha, a caminho da Índia. É desde 1991 considerada pela UNESCO “Património da Humanidade”.

### 3. Conclusões

Do exposto parece-me poder concluir:

1 - Que Moçambique ou a África Oriental Portuguesa, como nos ensinaram nos mapas geográficos desde a Instrução primária, realmente não existe;

2 - Que a conferência de Berlim tinha todo o direito de exigir que as potências que se diziam colonizadoras (e não colonialistas), ocupassem os espaços que consideravam sua responsabilidade;

3 - Que os próprios governos de então, sejam monarquias sejam repúblicas, efectivamente nunca consideraram esta colónia como um todo, mas sim a Ilha ou Ilhas (Ibo e Moçambique), e os Rios de Cuama (da foz ao Zumbo) e finalmente desde o final do séc. XVIII a Delagoa Bay, e em 1891 chamaram lhe Estado da África Oriental, com duas províncias a Norte e a Sul do Zambeze..

4 - Que a colonização branca foi essencialmente inglesa bem como os investimentos (de notar que ainda hoje a circulação rodoviária se faz pela esquerda como em Inglaterra).

5 - Que a colonização não inglesa ou alemã, foi efectivamente feita por deportados e degredados, civis e militares, como aliás também foi feita a colonização da Austrália, da Africa do Sul e também da América do Norte, desta feita por degredados ingleses. Mesmos os próprios funcionários portugueses muitas vezes eram transferidos para esta colónia, por motivos disciplinares. Iam assim para a Costa de África ou antes, como esse era o termo usado em Angola, os que vinham para Moçambique vinham para a Contra-Costa.

6 - Que como atenuante, todos os colonos, independentemente da cor e do estatuto, e por o país estar sempre nas bordas da Banca Rota, se viam obrigados a aumentar os seus rendimentos fazendo comércio com as populações e inclusivamente a traficar ouro, marfim e escravos.

7 - Que em 1915 parece que efectivamente a ocupação de todo o território do Estado da África Oriental, estava em vias de pacificação e de ocupação por povos que acatavam a autoridade portuguesa.

8 - Que até 1964 , ou seja durante quase 50 anos se tentou progredir em paz na lusitanidade. Não se conseguiu. Paciência!

9 - Que a idade de ouro da Zambézia coincidiu com 41 anos de governo pelos reis espanhóis, e 53 anos de reis portugueses após a independência.

10 - Conheci Moçambique de norte a sul, entre os anos de 1951 e 1975, tendo estado

pessoalmente nos seguintes locais:

Moeda, Marrupa, Lichinga (Vila Cabral), Montepuez, Pemba (Porto Amélia), Cuamba (Nova Freixo), Nampula, Monapo, Ilha de Moçambique, Nacala, Marrupa, Mocuba, Tete, Quelimane, Gorongosa, Beira, Xai-Xai (Vila João Belo), Macia, Manhiça, Marraqene, Moamba, Matola, Machava, Namaacha, Boane, Goba, Xefina Grande e Maputo (Lourenço Marques).

Talvez se possa dizer que conheci bem o território. Mas teria conhecido o seu povo?

11 - No entanto era com saudade que todos os ouvintes se recordavam da homilia nocturna do Rádio Clube de Moçambique, quando fechava a emissão e indicava:

“Aqui Portugal, Moçambique, África Oriental Portuguesa”...

### **Observação final:**

*A Zambézia é das províncias (de Moçambique) mais ricas, um lugar onde a exploração portuguesas foi muito forte. Se os portugueses eram tão poucos ali, como dominaram a província e o país? Qual a participação dos indígenas? ... A Zambézia foi a parcela do território com maior miscigenação... Como é que a Zambézia tem tantos mulatos?... Segundo a tradição oral eram as mulheres negras que procuravam o homem branco para ter um filho mulato, para que este depois não fosse deportado. Ainda há essa busca do homem branco. Muitas raparigas de 15, 16 anos olham o homem branco como uma salvação.<sup>124</sup>*

Não terá esta tradição íntimas ligações com os Prazos da Zambézia e das Donas dos Prazos? A escritora moçambicana Paulina Chiziane, de quem estas frases foram escutadas, se analisar os séculos de contactos na Zambézia com portugueses, por certo chegará a estas conclusões.

---

\* Tenente-Coronel de Artilharia.

---

1 O Diário de Salazar - António Trabulo - 2007.

2 Grupos de escravos armados.

3 Luís Almeida Martins - Visão - 2005.

4 Luís Almeida Martins - Visão - 2005.

5 História de Moçambique - Departamento de Educação e Cultura da Frelimo - 1971.

6 Julgo que primeira fortaleza foi portuguesa, mas na obra citada anteriormente consta esta informação.

7 História de Moçambique - Frelimo.

8 História de Moçambique - Frelimo.

- 9 <http://en.wikipedia.org/wiki/political/Political.history.of.Eastern.Africa>.
- 10 Fronteiras do Território Nacional no Ultramar - Comandante Moura Braz.
- 11 As campanhas coloniais de Portugal - 1844 1941 - René Plessiér.
- 12 História de Moçambique - Frelimo.
- 13 Felipe Fernandez Armesto - pioneiros - 2008.
- 14 <http://en.wikipedia.org/...>
- 15 História de Moçambique - Frelimo.
- 16 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 17 Fortunato de Almeida - Portugal e Colónias Portuguesas - 1920.
- 18 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 19 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 20 Dicionário Universal de Hist. e Geografia - M.N. Buillet - 1880.
- 21 História de Moçambique. Frelimo.
- 22 Dicionário Universal de Hist. e Geografia - M.N. Buillet - 1880.
- 23 História de Moçambique - Frelimo.
- 24 História de Moçambique - Frelimo.
- 25 História de Moçambique - Frelimo.
- 26 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 27 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 28 História de Moçambique - Frelimo.
- 29 Maria Eugénia Rodrigues - Cipaios ou Naturais de Moçambique - I.I.C.Tropical, Lx<sup>a</sup> 2006.
- 30 Álvaro Fontoura - 1932.
- 31 Felipe Fernandez Armesto - pioneiros - 2008.
- 32 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 33 Etiópia Oriental - Frei João dos Santos - 1609.
- 34 História de Moçambique - Frelimo.
- 35 As aringas em Moçambique - José Capela - [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid...](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid...)
- 36 História de Moçambique - Frelimo.
- 37 Área habitacional do prazo.
- 38 1808 - Laurentino Gomes - 2008.
- 39 1808 - Laurentino Gomes - 2008.
- 40 <http://en.wikipedia.org/...>
- 41 As aringas em Moçambique - José Capela - <http://> (idem...)
- 42 História de Moçambique - Frelimo.
- 43 Rocha Martins - História das colónias portuguesas - 1933.
- 44 A velha aliança Anglo Lusa - V.G.Kiernau - 1973.
- 45 Alexandre Lobato - 10 anos de ocupação Holandesa - 1961.
- 46 Julião Quintinha - Cadernos Coloniais - 1938.
- 47 Alexandre Lobato - Dez anos de ocupação Holandesa - 1961.
- 48 Alexandre Lobato - Dez anos de ocupação Holandesa - 1961.
- 49 Alexandre Lobato - Dez anos de ocupação Holandesa - 1961.
- 50 Maria Eugénia Rodrigues - 2006.
- 51 História de Moçambique - Malyn Newitt.

- 52 <http://en.wikipedia.org/...>
- 53 Idem, idem.
- 54 M<sup>a</sup> Eugénia Rodrigues - Cipaio e Naturais de Moçambique - 2006.
- 55 Florentino Cardoso - Moedas carimbadas.
- 56 Nostalgia Africana - Carlos Roma M.de Faria e Maia - 1936.
- 57 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 58 Rocha Martins - História das Colónias Portuguesas - 1933.
- 59 Dicionário Geral de Língua portuguesa - Artur Bivar.
- 60 M<sup>a</sup>.Eugénia Rodrigues - Cipaio e Naturais de Moçambique - 2006.
- 61 Alexandre Lobato - Colonização Senhorial da Zambézia - 1962.
- 62 Manuel António de Sousa - Capitão Mor da Zambézia - <http://www.macua.org/livros/masousa.html>
- 63 Peço desculpa, mas não sei traduzir.
- 64 As aringas de Moçambique - José Capela - idem.
- 65 A velha aliança Anglo Lusa - V.G.Kiernau - 1973.
- 66 História de Moçambique - Frelimo - 1951.
- 67 História de Moçambique - Frelimo - 1951.
- 68 A velha aliança Anglo Lusa - V.G. Kiernau - 1973.
- 69 História de Moçambique - Frelimo.
- 70 <http://en.wikipedia.org/...>
- 71 Henrique Galvão e Carlos Selvagem - Império Ultramarino Português - 1953.
- 72 À descoberta de África - Martin Dugard - 2003.
- 73 Felipe Fernandez Armesto - pioneiros - 2008.
- 74 A velha aliança Anglo Lusa - V.G.Kiernau - 1973.
- 75 Felipe Fernandez Armesto - pioneiros - 2008.
- 76 Rocha Martins - História das Colónias Portuguesas - 1933.
- 77 Luís Almeida Martins - Visão - 2005.
- 78 João Ferreira - histórias da História - Notícias Sábado - 28Fev2008.
- 79 Rocha Martins - História das Colónias Portuguesas - 1933.
- 80 Rocha Martins - História das Colónias Portuguesas - 1933.
- 81 Julião Quintinha - Cadernos Coloniais - 1938.
- 82 História de Moçambique - Frelimo.
- 83 René Pélissier - As Campanhas Coloniais de Portugal 1844 1941.
- 84 [www.arqnet.pt/dicionario/zambezia.html](http://www.arqnet.pt/dicionario/zambezia.html).
- 85 M<sup>a</sup> Eugénia Rodrigues - Cipaio e naturais de Moçambique - 2006.
- 86 Como se escrevia nessa altura "praças de pré".
- 87 General Ramires de Oliveira - História do Exército Português - 1993.
- 88 Luís A. Martins - Visão - 2005.
- 89 Augusto Castilho - Revista Occidente nº 70, 15Nov1880.
- 90 Augusto Castilho - Revista Occidente nº 86, 11Mai1881.
- 91 Augusto Castilho - Revista Occidente nº 92, 11Jul1881.
- 92 A.Galvão - Revista Ag.G.Colónias nº 50 - 1929.
- 93 Eng. Ribeiro Alegre - 1951.
- 94 <http://groups.msn.com/MangaBeira>
- 95 A Zambézia Agrícola - Dr.Estilano Ribeiro - Revista 50 da Ag.Geral das Colónias, 1927.
- 96 J.Mouzinho de Albuquerque - Moçambique 1896 98 - Ano de 1899.



- 97 Duarte Veiga - Revista da Ag. Geral das Colónias nº137.
- 98 Os caminhos de ferro de Moçambique - A.Galvão - Revista da Ag.Geral das Colónias nº 50 - 1929.
- 99 Eng. Ribeiro Alegre - 1951.
- 100 Origem e evolução do porto da Beira - Eng.Ribeiro Alegre - 1951.
- 101 Dr. Vasco Borges - Boletim da Agência Geral das Colónias nº 190.
- 102 General Ramires de Oliveira - História do Exército Português - 1993.
- 103 Revista Occidente - 1880.
- 104 Gago Coutinho Geógrafo - Capitão de Mar e Guerra Manoel Affonso Dias - Anais do Clube Militar Naval, 1972.
- 105 Coronel Silva Lopes - Revista da Agência Geral das Colónias nºs 110 e 111.
- 106 Revista Moçambique - Imprensa nacional L. Marques, 1929.
- 107 Idem.Idem - 1929.
- 108 Alcunha dos oficiais do quadro privativo do Ultramar.
- 109 História do Exército Português - General Ramires de Oliveira - 1993.
- 110 Gavicho de Lacerda - Os Prazos da Zambézia - 1928.
- 111 História de Moçambique - Frelimo.
- 112 [www.cfmnet.co.mz/beira.htm](http://www.cfmnet.co.mz/beira.htm).
- 113 <http://ttonline.iantt.pt/cmz.htm>.
- 114 A velha aliança Anglo lusa - V.G.Kiernau - 1973.
- 115 Idem, Idem.
- 116 Eduardo Medeiros - os Sino Moçambicanos na Beira - 2005.
- 117 René Pélissier - 2006
- 118 Fortunato de Almeida - Portugal e as Colónias Portuguesas - 1920.
- 119 Fortunato de Almeida - Idem Idem.
- 120 Julião Quintinha - Cadernos Coloniais nº 50.
- 121 General Ramires de Oliveira - 1993.
- 122 Alexandre A.Ferreira - Moçambique - 1489 1975.
- 123 Resenha Histórica Militar das Campanhas de África - EME - 1989.
- 124 Paulina Chiziane - escritora - Diário de Notícias 24MAR2008. (O alegre canto da perdiz).